

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE

CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO

RÔNISON THOMAS DE OLIVEIRA SILVA

**CONDIÇÕES DE VIDA E ACESSO ÀS POLÍTICAS
PÚBLICAS: o olhar dos agricultores familiares do município de
Jaçanã-RN**

Cuité – PB

2018

RÔNISSON THOMAS DE OLIVEIRA SILVA

CONDIÇÕES DE VIDA E ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS: o olhar dos agricultores
familiares do município de Jaçanã-RN

Trabalho de conclusão submetido ao curso de Graduação em Nutrição da Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelado em Nutrição.

Orientadora: Prof. Msc. Vanille Valério Barbosa Pessoa
Cardoso

Cuité – PB

2018

AGRADECIMENTOS

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

S586c Silva, Rônisson Thomas de Oliveira.

Condições de vida e acesso às políticas públicas: o olhar dos agricultores familiares do município de Jaçanã-RN. / Rônisson Thomas de Oliveira Silva. – Cuité: CES, 2018.

80 fl.

Monografia (Curso de Graduação em Nutrição) – Centro de Educação e Saúde / UFCG, 2018.

Orientadora: Msc. Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso.

1. Agricultura familiar. 2. Alimentação escolar. 3. Políticas públicas. I. Título.

RÔNISON THOMAS DE OLIVEIRA SILVA

CONDIÇÕES DE VIDA E ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS: o olhar dos agricultores familiares do município de Jaçanã-RN

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Nutrição, na área de concentração em Saúde Coletiva.

Aprovado em _____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso
Universidade Federal de Campina Grande
Orientadora

Prof. Me. Ana Beatriz Macêdo Venâncio dos Santos
Universidade Federal de Campina Grande
Examinadora

Prof Me. Montesqueiu da Silva Vieira
Instituto Federal da Paraíba
Examinador

Cuité-PB

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pela oportunidade de viver e crescer a cada dia. Sou imensamente grato ao meu pai Josenilson, minha mãe Rosângela, minha irmã Rossana e minha avó Mercês, que são as pessoas mais importantes na minha vida e me fazem compreender o ato de amar.

Aos meus grandes amigos que tornam essa vida mais leve e melhor de ser vivida, em especial à Klayton, Italo, Emerson, Kelven, Sávio e Rayane.

A Dany, que sempre esteve presente nos momentos mais difíceis e mais alegres da minha vida, inclusive, apoiando a construção desse trabalho, e a Celena, que se tornou uma pessoa muito especial na minha existência.

A Secretaria Municipal de Jaçanã, em especial, ao secretário Ismael, um grande amigo que foi essencial para que essa pesquisa acontecesse e à Universidade Federal de Campina Grande que me proporcionou a formação acadêmica.

Ao Núcleo PENSO e ao Pet Nutrição por me apresentar a área de Saúde Coletiva e uma Nutrição de resultados e amor.

Aos professores e amigos Fillipe e Luciana, por serem profissionais exemplares e me fazer acreditar e buscar a área da docência.

A Vanille pelos diversos momentos de construção de conhecimento, confiança, compreensão e orientação neste trabalho.

Por fim, grato a todos, que direta ou indiretamente participaram da minha vivência e contribuíram com minha construção pessoal e acadêmica nesses anos de graduação.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Valores, expressos em percentual, referentes aos agricultores familiares que utilizam defensivos agrícolas.....	30
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Resultado expresso em número e percentual das variáveis sobre sexo, raça e estado civil, encontradas no primeiro módulo do questionário semi-estruturado.....	17
Tabela 2- Resultado expresso em número e percentual das variáveis correspondentes ao segundo módulo, sócio-demográfico, do questionário semi-estruturado.....	19
Tabela 3- Alimentos produzidos e a quantidade de produtores nas comunidades analisadas.....	24
Tabela 4- Descrição dos dados referente à comercialização dos produtos da agricultura familiar.....	31

RESUMO

É importante haver a compreensão dos sistemas de produção de alimentos utilizados e as consequências geradas no ambiente para que assim possa existir um entendimento melhor dos fatores influenciadores da garantia de uma alimentação saudável, que preze aspectos como a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) e a Soberania Alimentar. A prática e o desenvolvimento da agricultura familiar, um modelo sustentável, tem a capacidade de alterar o cenário do modelo industrial agrícola, funcionando assim como uma política de grande fortalecimento para a alimentação e nutrição. Para que a prática da agricultura familiar esteja fortalecida é preciso entender as divergências de condições de vida no meio rural, levando em consideração os fatores ambientais, sociais, econômicos e de reprodução social. Uma das formas de contribuir para o avanço desse tipo de agricultura é a através da implantação de políticas públicas agrícolas. Assim, levando em consideração a importância da compreensão dos determinantes do âmbito rural, a presente pesquisa buscou caracterizar os agricultores familiares das comunidades rurais Boca da Mata e Serra da Lagoa, do município de Jaçanã-RN, assim como analisar as condições de vida e de produção de alimentos e o acesso às principais políticas públicas com ênfase no PNAE. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, onde a coleta de dados ocorreu através da utilização de um questionário semiestruturado aplicado à 15 agricultores das comunidades citadas. O tratamento dos dados foi realizado a partir da metodologia de análise de conteúdo de Bardin (2011), um conjunto de técnicas de análise das comunicações que se dá em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, ou seja, inferência e interpretação. A partir das análises foi possível observar a existência de dificuldades no meio rural, como no acesso aos serviços de saúde, disponibilidade de água e reprodução social, dificultando a permanência no campo. Além disso, foi possível perceber que o PRONAF é o programa de maior acesso e conhecimento por parte dos agricultores, onde a maioria desconhecia o PAA e alguns agricultores relataram já ter ouvido sobre o PNAE, onde apenas um agricultor relatou fornecer alimentos para o programa escolar. Ainda, observou que mesmo não existindo um acesso efetivo ao PNAE, os agricultores detêm uma percepção da contribuição alimentar e nutricional que os produtos da agricultura familiar exercem. Os resultados do trabalho podem contribuir para um maior entendimento da realidade da agricultura familiar no município, trazendo a reflexão que através de dados desse caráter é

possível planejar ações que busquem fortalecimento da agricultura familiar e melhores condições de vida no campo.

Palavras-chave: Alimentação escolar, Agricultura familiar, Políticas públicas.

ABSTRACT

It is important to have an understanding of the systems of food production used and the consequences generated in the environment so that it can exist a better understanding of the factors influencing the guarantee of healthy food, respecting that aspects such as the Food and Nutritional Security (SAN), the Human Right to Adequate Food (DHAA) and Food Sovereignty. The practice and the development of family farming, a sustainable model, has the ability to change the scenario of the industrial model of agriculture, working as a policy of great strength for food and nutrition. For the practice of family agriculture is strengthened you must understand the differences of living conditions in rural areas, taking into consideration the factors of environmental, social, economic, and social reproduction. One of the ways to contribute to the advancement of this type of agriculture is through the implementation of public policies in agriculture. Thus, taking into consideration the importance of understanding the determinants of rural context, the present study sought to characterize the family farmers of rural communities Boca da Mata and Serra da Lagoa, the municipality of Jaçanã-RN, as well as examining the conditions of life and food production and access to major public policies with an emphasis on the PNAE. It is a qualitative research, where the data collection occurred through the use of a structured questionnaire applied to 15 farmers of the cited. The treatment of the data was performed using the methodology of content analysis of Bardin (2011), a set of techniques of analysis of communication that occurs in three stages: pre-analysis, material exploration and treatment of results, i.e., inference and interpretation. From the analysis it was possible to observe the existence of difficulties in rural areas, such as access to health services, water availability and social reproduction, hindering the permanence in the field. In addition, it was possible to realize that the pronaaf is the program of greater access to and knowledge on the part of the farmers, where the majority was unaware of the PAA and some farmers reported have already heard about the PNAE, where only a farmer reported provide food for the school program. Still, it was observed that there is an not effective access to the PNAE, farmers holds a perception of food and nutritional contribution that the products of family farming exercise. The results of the work can contribute to a greater understanding of the reality of family agriculture in the municipality, bringing the reflection that through this character data it is possible to plan actions that seek to strengthening family agriculture and better conditions of life in the countryside.

Key words: School feeding, Family agriculture, Public policies.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 OBJETIVOS.....	3
2.1 OBJETIVO GERAL.....	3
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	3
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	4
3.1 AGRICULTURA FAMILIAR: UM BREVE HISTÓRICO.....	4
3.2 AGRICULTURA FAMILIAR E SUA INTERFACE COM A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	7
3.3 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR.....	9
4 METODOLOGIA.....	13
4.1 TIPO DE PESQUISA.....	13
4.2 CENÁRIO DE PESQUISA.....	13
4.3 SUJEITOS DE PESQUISA.....	13
4.4 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS.....	13
4.5 ANÁLISE DE DADOS.....	14
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	16
5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES.....	16
5.1.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES.....	17
5.1.1.1 CONDIÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DOS AGRICULTORES FAMILIARES.....	18
5.1.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIO-DEMOGRÁFICA DOS AGRICULTORES FAMILIARES.....	19
5.1.2.1 DISPONIBILIDADE DE ÁGUA NAS COMUNIDADES BOCA DA MATA E SERRA DA LAGOA.....	22
5.1.3 CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL.....	23
5.2 AGRICULTURA FAMILIAR: REPRODUÇÃO SOCIAL E SOBREVIVÊNCIA NO CAMPO.....	32
5.3 ACESSO DOS AGRICULTORES FAMILIARES AO PRONAF E PAA.....	37
5.4 ACESSO E CONHECIMENTOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE O PNAE.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	51

APÊNDICE A.....	62
APÊNDICE B.....	68

1 INTRODUÇÃO

É possível afirmar que as exportações agrícolas, como a soja no Brasil, contribuem enormemente às economias. No entanto, este tipo de agricultura industrial também traz uma variedade de problemas econômicos, ambientais e sociais, como os impactos negativos à saúde pública, integridade ecossistêmica, à qualidade dos alimentos, e ainda pode causar endividamentos de milhares de agricultores, causando dificuldades de sustento rural (ALTIERI, 2012).

Assim, quando é optado pela utilização de um tipo convencional de agricultura, com um sistema de monocultura em grande escala ao mesmo tempo contribui com uma prática que despreza e ignora a manutenção de recursos naturais, interferindo na variedade de espécies do ecossistema, ainda, possivelmente utilizando sementes modificadas geneticamente e/ou agrotóxicos para controlar o desenvolvimento do plantio.

É importante haver a compreensão dos sistemas de produção de alimentos utilizados e as consequências geradas no ambiente para que assim possa existir um entendimento melhor dos fatores influenciadores da garantia de uma alimentação saudável, que preze aspectos como a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) e a Soberania Alimentar.

Somente mudando o modelo industrial agrícola que foca na exportação e no livre comércio das grandes explorações será possível frear a espiral descendente da pobreza, os salários baixos, a migração rural e urbana, a fome e a degradação ambiental (ALTIERI, 2012).

A prática e o desenvolvimento da agricultura familiar, um modelo sustentável, tem a capacidade de alterar esse cenário que a atividade agrícola convencional vem instalando, funcionando assim como política de grande fortalecimento para a alimentação e nutrição.

No Brasil, a nomenclatura “agricultura familiar” emerge durante a década de 1990 trazida em parte pelos movimentos sociais que propunham o fortalecimento desta parcela do público rural brasileiro e da contribuição de estudos acadêmicos (BALESTRIN et al., 2014).

O conceito de agricultura sustentável tem sua origem no conceito de desenvolvimento sustentável, que se refere a um modelo de desenvolvimento com

intuito de garantir a satisfação das necessidades das gerações presentes e as possibilidades das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades (BIN, 2004).

A partir de um investimento e investigação em agroecologia e da difusão e fortalecimento dos projetos que já demonstraram ser bem sucedida é possível gerar um impacto significativo nos rendimentos, na segurança alimentar e no bem-estar da população, sobretudo aos que foram impactados negativamente pela política agrícola moderna convencional, pela tecnologia e pela profunda penetração da agroindústria multinacional no terceiro mundo (ROSSET; PATEL; COURVILLE, 2006).

No Brasil, existem programas que contribuem para o fortalecimento do modelo familiar de agricultura, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), onde prevê que 30% dos recursos financeiros destinados ao município, para compra da alimentação escolar, sejam alocados para a compra de alimentos produzidos pela própria comunidade.

Como política pública, o PNAE desenvolve ações para a população brasileira, dispondo de uma cobertura universal, sendo o maior Programa na área de alimentação escolar do mundo e o mais antigo na área de alimentação e nutrição do Brasil (PEIXINHO et al, 2011).

Assim, é de fundamental importância a existência de recursos específicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar destinados para o fortalecimento dos produtos gerados pela agricultura familiar. Porém, mesmo com essa relação de extrema importância entre a alimentação escolar e a agricultura familiar, ainda é necessário entender e determinar fatores que possam influenciar na participação dos agricultores familiares com o PNAE, buscando entender se os agricultores familiares tem uma consciência ampla da importância dos seus alimentos produzidos para o os estudantes da rede de ensino público.

Tendo isso em vista, o presente trabalho objetiva analisar a relação entre os agricultores familiares do município de Jaçanã, no Rio Grande do Norte, com PNAE, avaliando a importância dessa interação através da ótica dos próprios agricultores.

A indagação principal que norteia o trabalho é saber se os agricultores familiares fornecem alimentos para o PNAE e se os mesmos têm entendimento tanto sobre o programa quanto da importância da sua produção tendo em vista a contribuição para a alimentação dos discentes.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- ✓ Analisar o papel e importância da agricultura familiar pela ótica dos agricultores familiares de um município de pequeno porte.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Caracterizar os agricultores familiares do município de Jaçanã quanto aos aspectos socioeconômicos;
- ✓ Identificar a produção de alimentos por parte dos agricultores familiares de Jaçanã;
- ✓ Identificar o acesso dos agricultores ao PNAE, PAA e PRONAF.
- ✓ Apreender a percepção dos agricultores sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar;

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 AGRICULTURA FAMILIAR: UM BREVE HISTÓRICO

A diferenciação dos agricultores familiares está associada à própria formação dos grupos ao longo da história, a heranças culturais variadas, à experiência profissional e de vida particulares, ao acesso e à disponibilidade diferenciada de um conjunto de fatores, entre os quais os recursos naturais, o capital humano, o capital social e assim por diante. Essa diferença também se associa à inserção dos grupos em paisagens agrárias muito diferentes uma das outras, ao acesso diferenciado aos mercados e à inserção socioeconômica dos produtores, que resultam tanto das condições particulares dos vários grupos como de oportunidades criadas pelo movimento da economia como um todo e pelas políticas públicas. Assim, o reconhecimento da diferenciação é um ponto chave para a reflexão sobre desenvolvimento da agricultura familiar em geral e sobre as potencialidades da introdução da agricultura alternativa como estratégia de desenvolvimento (BUAINAIN, 2006).

Diante disso, sabe-se que o modelo de agricultura sustentável foi se transformando durante o decorrer dos anos, desde o colono até o agricultor familiar atual, sofrendo diversas influências e modificações.

A rigor, antes da década de 1990, a própria referência à agricultura familiar era quase inexistente no país, uma vez que os termos usualmente utilizados para qualificar e identificar essas categorias sociais eram os de pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda. O surgimento e o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil é muito recente e deve-se a fatores igualmente importantes, como o papel do movimento sindical após a ditadura militar; aos mediadores e intelectuais que debateram o tema no início da década de 1990 e ao papel do Estado e das políticas públicas que passaram a reconhecer este setor dar-lhe visibilidade (SCHNEIDER, 2014).

Schneider e Cassol (2013) explicam a evolução da agricultura tendo como base três principais fases, onde a primeira fase refere-se ao (re)descobrimto da agricultura familiar e pode ser cronologicamente circunscrita ao período 1990 até 1994. Este período é marcado pela afirmação política e acadêmica da categoria agricultura familiar, que se afirmou tanto no âmbito do movimento social e sindical quanto na academia (SANTOS 2001; FAVARETO, 2006; PICOLOTTO, 2011).

Uma importante conquista que reflete as lutas dos movimentos foi a criação do PRONAF, em 1996, marcando assim o início da segunda fase do desenvolvimento da agricultura que se estende até 2006, tendo como marco a Lei 11.326 que institucionaliza a agricultura familiar (24 de Julho de 2006). Neste interstício a agricultura familiar tornando-se a categoria social que atrai a maior parte dos programas e políticas de desenvolvimento rural (SCHNEIDER, 2014).

Quando da sua criação, o Pronaf contava apenas com ações relacionadas ao crédito de custeio, sendo que a ampliação do programa para as linhas de investimentos, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa, ocorreu a partir de 1997, quando o programa passou a operar de forma integrada em todo território nacional (SOUZA-ESQUERCO; BERGAMASCO, 2014).

Em 2003, o PRONAF foi inserido no Programa Fome Zero como uma das suas ações estruturantes e passou a ser sucessivamente ampliado, mediante o aumento de recursos e a criação de novas modalidades. Somente para o ano de 2012, foram destinados R\$18 bilhões (cerca de 8,5 bilhões de dólares) de reais ao PRONAF. Porém, a afirmação institucional de maior alcance que a agricultura familiar obteve entre 1996 e 2006 certamente foi a aprovação da Lei da Agricultura Familiar (DEL GROSSI ;MARQUES, 2010; SCHNEIDER, 2014).

Com isso, a lei 11.326 (lei da agricultura familiar) estabeleceu diretrizes para a formulação da Política de Agricultura Familiar, onde consta que agricultor ou empreendedor rural é aquele que não detém área de produção maior que quatro módulos fiscais, que desempenhe predominantemente as atividades econômicas, dirigindo seu estabelecimento e que retire o maior percentual da renda a partir das atividades provenientes da agricultura familiar (BRASIL, 2006).

A terceira fase do debate sobre agricultura familiar no Brasil compreende a divulgação, em 2009, do Caderno Especial do Censo Agropecuário de 2006 contendo dados sobre a agricultura familiar. A partir da publicação dos dados do Censo a agricultura familiar estabeleceu-se em um verdadeiro debate sobre o seu lugar e papel no desenvolvimento rural no Brasil (SCHNEIDER, 2014).

Até se chegar à classificação atual da agricultura familiar, a tipologia foi-se alterando durante os anos. Em 1989, Kageyama e Bergamasco classificaram os estabelecimentos com base no censo agropecuário de 1980 que utilizava como critério de segregação o uso da força de trabalho e não o tamanho de terra disponível. Já na década de 1990 a demanda por uma classificação oficial melhor ampliou-se, foi nesse

contexto que surge o estudo de FAO/INCRA (1996) que fez uma análise onde se separou estabelecimentos de agricultores familiares e patronais, assim classificou a agricultura familiar em três tipos: consolidados, em transição e periféricos. Essa tipologia obteve extensa legitimidade e foi de essencial importância para o desenho de políticas voltadas para a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para a classificação desses grupos os critérios utilizados eram o uso do trabalho familiar, o tamanho da área e o uso do trabalho assalariado.

Devido o potencial político desta classificação e a grande aceitação, no ano de 2000 um novo estudo classificatório intitulado *Novo retrato da agricultura familiar do Brasil* (GUANZIROLI; CARDIM, 2000) sofisticou a tipologia anterior, segmentando a agricultura familiar a partir da variável renda total auferida e separando os grupos com base no valor da remuneração do trabalho, resultando assim em uma classificação de quatro tipos de agricultores familiares, obtendo assim os capitalizados, agricultores familiares em processo de capitalização, agricultores familiares em descapitalização e agricultores familiares descapitalizados.

As tipologias atuais da agricultura familiar no Brasil utilizam os dados do último Censo Agropecuário de 2006 e se baseiam na Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006, mais conhecida como Lei da Agricultura Familiar, tornando disponíveis dados em níveis nacionais, estaduais e municipais sobre este universo social (BRASIL, 2006; SCHNEIDER, 2014).

A partir da década de 1990 e início do século XXI, emerge no país o debate sobre a segurança alimentar e nutricional. Pode-se afirmar que uma das principais contribuições em relação a este enfoque na formulação de programas sociais foi a criação do Programa Fome Zero e a elaboração do Plano Safra da Agricultura Familiar, voltados para a defesa dos interesses dos agricultores familiares (SANTOS et al., 2012).

O programa fome zero possui como objetivo principal incorporar ao mercado de consumo de alimentos aqueles que estão excluídos do mercado de trabalho e/ou que têm renda insuficiente para garantir uma alimentação digna a suas famílias (PROJETO FOME ZERO, 2001).

Assim, de acordo com o decorrer dos anos a agricultura familiar foi sofrendo mudanças e alterando sua conformação, seus conceitos e, conseqüentemente, sua importância, até se chegar na valorização e conquista de espaço no dias atuais,

contribuindo fortemente para uma segurança alimentar e nutricional, permanência no campo e continuidade da prática agrícola por parte da família.

3.2 AGRICULTURA FAMILIAR E SUA INTERFACE COM A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A segurança alimentar também ganhou foco a partir da segunda metade do século XX, período de publicação do livro de Josué de Castro, “Geografia da Fome”, em 1946, no qual identifica a migração de muitos trabalhadores rurais para as grandes cidades, e do crescimento das comunicações, fator que contribuiu para a mudança de costumes e hábitos alimentares que se difundiram pelo território nacional. As pessoas passaram a consumir maior quantidade de produtos industrializados, fato que gerou considerável estreitamento tanto na oferta, quanto na demanda por produtos da agricultura familiar (CASTRO, 2008; SANTOS et al., 2012).

O cenário social começou a ser modificado nos últimos anos quando a segurança alimentar é alçada à principal política da área. Neste sentido, parece que o tema da segurança alimentar ganha uma maior importância como política de Estado, o que se concretiza no ano de 2002 com a criação do Ministério Extraordinário de Combate a Fome e a da Segurança Alimentar (MESA) (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007).

Em 2009 é implementada a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) que foi formulada tendo em vista a crise de alimentos, econômica, energética e ambiental, somou-se a isso o quadro epidemiológico e nutricional do país, de doenças e mortes relacionadas à má qualidade na alimentação.

Os princípios e objetivos, gerais e específicos da PNSAN orientaram-se pelos parâmetros que regem o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) estabelecidos na Lei Orgânica da San (11.346/06) e resultantes de debates ocorridos tanto nas Conferências quanto no próprio Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Assim, os conceitos sobre SAN baseiam-se em princípios como a universalidade e equidade no acesso à alimentação adequada e saudável, respeitando a diversidade sociocultural; preservação da autonomia e respeito à dignidade humana; intersetorialidade das políticas, programas e ações governamentais e não governamentais; descentralização das ações e articulação, em regime de colaboração, entre as esferas de governo; participação social na formulação, execução

acompanhamento, monitoramento e controle da política e por fim transparência e responsabilização na implementação política (BRASIL, 2006).

Diante dos diversos aspectos de contribuição da agricultura familiar com a segurança alimentar e nutricional, um deles é o uso de sementes, quando a família utiliza sementes crioulas, adaptadas ao ambiente para realizar suas plantações. Esse uso é possível através do armazenamento de sementes, assim, as variedades crioulas são aquelas mantidas pelos próprios agricultores ao longo de muitas gerações e, ao serem cultivadas e selecionadas por eles, adquirem características próprias de adaptação. Essa técnica de conservação de sementes é realizada por agricultores familiares há séculos, onde os mesmos cultivam, selecionam, conservam as espécies com uso de tecnologia que pouco agride à natureza (BELLON; BRUSH, 1994; NODARI; GUERRA, 2015; SILVA et al, 2017).

Assim, promoção da condição de Segurança Alimentar e Nutricional, compreendida como a garantia de que por meio de políticas públicas adequadas, o Direito Humano à Alimentação (DHA) esteja efetivamente assegurado, como salienta Valente (2002), é, antes de tudo, um dever do Estado e da sociedade (JUNIOR; BOTELHO FILHO, 2008).

Diante disso, a agricultura familiar tem fundamental importância para gerar segurança alimentar para a população, pois, segundo Gazolla e Schneider (2007) este tipo de produção preenche alguns dos princípios fundantes do conceito de segurança alimentar. Dentre estes, estão o princípio do acesso regular e contínuo aos alimentos; o fornecimento de quantidades de alimentos suficientes e permanentes; o da qualidade nutricional; e, o de consistir em uma alimentação que esteja de acordo com os hábitos de consumo e a “cultura alimentar”. Desse modo, pode-se dizer que a geração da segurança alimentar a nível local, em regiões em que predominam pequenos estabelecimentos agropecuários, tem que passar, necessariamente, pelas unidades de produção dos agricultores familiares.

A partir disso, visando conferir melhores condições de produção de alimentos e garantir a segurança alimentar e nutricional nas localidades uma importante ação desenvolvida voltada à disponibilidade de água foi o Programa Um Terra e Duas Águas (P1+2) que visa ampliar o estoque de água das famílias, comunidades rurais e populações tradicionais para dar conta das necessidades dos plantios e das criações animais. Foi criado em 2007 através da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA). O nome do programa faz jus à estrutura mínima que as famílias precisam para produzirem

o espaço para plantio e criação animal, a terra, e a água para cultivar e manter a vida das plantas e dos animais. O P1+2 integra o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, da ASA. Esse programa-guarda-chuva congrega também o Programa Um Milhão de Cisternas, o P1MC. Os objetivos do P1+2 são promover a soberania e a segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras e fomentar a geração de emprego e renda para as mesmas. A estratégia para alcançar esses objetivos é estimular a construção de processos participativos para o desenvolvimento rural do Semiárido brasileiro (ASA, 2018).

3.3 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR

A possibilidade de consolidação de padrões alimentares saudáveis desde a infância coloca em destaque programas de alimentação e nutrição direcionados ao escolar. O ambiente escolar apresenta amplo potencial de influência na formação das práticas e escolhas alimentares da população, auxiliando na promoção de melhoria da qualidade dietética dos alimentos selecionados. Conseqüentemente, a escola torna-se um espaço privilegiado na adoção de ações de combate à obesidade e ao sobrepeso entre crianças e jovens, mundialmente (STORY, 1999; KUBIK et al., 2003; JAIME; LOCK, 2009;).

Assim, a alimentação escolar produz benefícios que extrapolam o valor nutricional da refeição oferecida à criança, na medida em que envolve questões relativas ao crescimento e ao desenvolvimento econômico nacional, tendo em vista a contribuição à formação de capital humano, ou seja, geração de uma população saudável e tecnicamente preparada (MATOS, 1998; VALERIANI, 2011).

O apoio do governo às políticas públicas de alimentação escolar propicia a oportunidade de estimular a alimentação saudável nas escolas, buscando promover a saúde infantil de forma integral (CORREIA, 2008).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) caracteriza-se como a política pública de maior longevidade do país na área de segurança alimentar e nutricional, sendo considerado um dos maiores, mais abrangentes e duradouros programas na área de alimentação escolar do mundo (PILPITONE et al., 2003; SANTOS et al., 2007)

Historicamente, as refeições escolares foram introduzidas como parte de uma política de educação, ou seja, uma estratégia de ajuda política para as escolas, com o objetivo de atrair estudantes, evitar a ausência escolar e melhorar a escolaridade e progressão. Concentrou-se principalmente nas classes trabalhadoras e na população das regiões menos desenvolvidas do Brasil. Assim, as questões de fome e desnutrição foram vistas como impedimentos à frequência escolar (CECCIM, 1995; NOGUEIRA et al., 2016).

Segundo o documento Políticas de Alimentação Escolar (BRASIL, 2006), a educação alimentar nas escolas brasileiras começou a surgir nos anos 1930 e 1940 através de movimentos sociais por merenda escolar, partindo-se de iniciativas para arrecadar fundos visando o fornecimento de alimentos aos alunos (DIAS; ESCOUTO, 2016).

Em 1950, os alunos começaram a receber alimentação no período de aula, mas nem todos os estudantes recebiam esse benefício devido à falta de estrutura organizacional do governo para alimentar todos os estudantes do Brasil. No início, o alimento era oferecido por organizações internacionais através de doações, ou seja, o governo Federal não comprava os alimentos. Não sendo possível oferecer o alimento amplamente, o governo Federal começou a distribuir esses alimentos às crianças com maior índice de desnutrição começando pelo Nordeste onde a alimentação era escassa (DIAS; ESCOUTO, 2016)

Assim, é possível entender o processo de desenvolvimento da alimentação escolar a partir de três etapas, definindo a primeira como a presença de recursos, em 1950, provenientes do Fundo de Nações Unidas para a Infância (UNICEF), chamado no Brasil de FISI – Fundo Internacional de Socorro à Infância. Em 1955 teve um marco importante, que foi quando o Ministério da Educação e Cultura instituiu por decreto a Campanha Alimentos Escolares. Mais tarde o nome também mudou em 1956 para Campanha Nacional de Alimentação Escolar. A década de 1960 pode ser vista como uma segunda etapa do programa, marcada fortemente pela presença de alimentos provenientes dos Estados Unidos da América, os quais forneciam a quase totalidade dos gêneros consumidos pelos escolares brasileiros (MEIRA; STARLING, 1982; L'ABBATE, 1988; COIMBRA;; VASCONCELOS, 2005; NOGUEIRA et al., 2016).

Desde 1970, os alimentos foram adquiridos no mercado interno, introduzindo com eficácia alimentos pré-preparados, mais caros, de baixa aceitabilidade e sem adições nutricionais em relação aos alimentos básicos (NOGUEIRA, 2005).

Assim, na década de 1970 o Brasil assume a compra dos alimentos onde as aquisições de produtos industrializados representavam cerca de 54% do total de gastos com alimentação escolar. Os principais produtos comprados nesse período foram: paçoca; farinha láctea; sopa industrializada (sopa de feijão com macarrão, sopa de creme de milho com proteína texturizada de soja, creme de cereais com legumes), entre outros (BRASIL, 2006).

Esse período ficou marcado pelo crescimento de várias empresas nacionais fornecedoras de alimentos, através da grande compra de alimentos, configurando uma terceira parte do processo de alimentação escolar (MEIRA; STARLING, 1982; L^oABBATE, 1988; COIMBRA;; VASCONCELOS, 2005; NOGUEIRA et al., 2016).

Em 1976 ocorre a integração da Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) ao II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (II PRONAN), quando seu objetivo passou a ser proporcionar suplementação alimentar aos pré-escolares e escolares do primeiro grau matriculados nos estabelecimentos de ensino público, para isso, existia o fornecimento de uma refeição de valor nutricional equivalente a 15% das recomendações nutricionais diárias, durante o ano letivo (COIMBRA; MEIRA; STARLING, 1982; L^oABBATE, 1988; SCHMITZ et al., 1997; VASCONCELOS, 2005; NOGUEIRA et al., 2016).

Esta suplementação para escolares, 1976, foi financiada pelo Ministério da Educação e Cultura e gerida pela Campanha Nacional de Alimentos Escolares, sendo conhecido em 1979 como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (BRASIL, 1976).

Na década de 1980 ocorreu um processo de descentralização da provisão de refeições escolares brasileiras, quando os fundos federais destinados à aquisição de produtos alimentícios foram transferidos para os estados e municípios da federação, uma vez que novos investimentos na infra-estrutura de escolas, contratação de cozinheiros etc. Passou a ser da responsabilidade dos Estados e, em particular, dos municípios (MAGNO; CVRILLO; SARTI, 2013).

Um grande marco nesse processo foi o surgimento do Instituto Nacional de Alimentação Escolar (INAE), contendo diretrizes como: Eficiência, especialmente amparada na descentralização do programa de alimentação escolar para os níveis estadual e municipal; Eficácia, baseada em uma abordagem científica para formulação nutricionalmente balanceada da alimentação escolar; e Envolvimento comunitário, a partir da constituição de esferas de participação popular no planejamento e na

fiscalização das ações em alimentação escolar. (COIMBRA; MEIRA; LIMA, 1982; STEFANINI, 1997).

A partir do processo de descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar, houve destinação exclusiva dos recursos federais para aquisição de alimentos, via repasse aos estados e municípios, enquanto os demais custos do programa tornaram-se responsabilidade dos próprios estados e municípios (ABREU, 1995).

Em termos de estímulo à economia local, o processo de descentralização promoveu importante incremento da participação dos produtos provenientes de fornecedores dos municípios, de localidades vizinhas ou de Estados próximos, para a elaboração da alimentação escolar, ao longo das últimas décadas (PIPITONE, 1997; PIPITONE et al., 2003; PECORARI, 2006; AÇÃO FOME ZERO, 2007).

Assim, após décadas de ações e investimentos públicos, a oferta de refeições escolares no Brasil passou a ser uma política de auxílio universal, formulada através de rotinas e procedimentos que definiam o papel da União, dos estados, dos municípios e do controle social através do Conselho Municipal de Escolas Refeições (NOGUEIRA, 2005).

Segundo FNDE (BRASIL, 2006) um grande avanço para o programa de alimentação escolar está relacionado à aquisição de produtos da agricultura. Com a publicação da Lei 11.947, de 16 de julho de 2009, há a determinação de que 30% do valor repassado para o Programa de Alimentação escolar deve ser gasto com a agricultura familiar e do empreendedor rural. E esta junção deverá oferecer uma alimentação saudável e adequada, usando alimentos variados, respeitando culturas, tradições e hábitos saudáveis (DIAS; ESCOUTO, 2016).

Assim, o Programa Nacional de Alimentação Escolar foi alvo de inúmeras mudanças, que ensejaram o aperfeiçoamento da política pública em direção a um papel de protagonista na formação de capital humano no país (MAGNO; CYRILLO; SARTI, 2013).

Tendo em vista a mudança ocorrida em 2009, onde visa, através da utilização de recursos, o fortalecimento da produção de alimentos a partir da agricultura familiar, contribuindo tanto com uma alimentação mais adequada para os discentes da rede pública, quanto no fortalecimento da economia local, torna-se necessário compreender fatores que possam dificultar e/ou facilitar a relação do agricultor com o PNAE, e, além disso, entender através do próprio olhar do agricultor a importância do seu trabalho na contribuição para o programa de alimentação.

4 METODOLOGIA

4.1 TIPO DE PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa de campo, descritiva e com abordagem qualitativa, pois, é um tipo de pesquisa que se preocupa com aspectos da realidade e, portanto, não podem ser quantificados, buscando então, compreender e explicar as relações sociais (MINAYO, 2012).

A pesquisa qualitativa de acordo com Landim (2006) objetiva conseguir um entendimento mais profundo e/ou subjetivo do objeto de estudo, sem preocupar-se com análises estatísticas.

4.2 CENÁRIO DE PESQUISA

O estudo foi desenvolvido em duas comunidades, Serra da Lagoa e Boca da Mata, da zona rural do município de Jaçanã-RN, que fica situado em divisa com a Paraíba, com população total de 7.925 habitantes (IBGE, 2016).

4.3 SUJEITOS DE PESQUISA

Os sujeitos que compõem a presente pesquisa são agricultores familiares de ambos os sexos, com terras localizadas nas duas comunidades participantes do estudo. Foram excluídos do estudo os agricultores aposentados, tendo em vista que o interesse foi pesquisar os agricultores em pleno desenvolvimento de suas atividades.

4.4 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

A pesquisa de campo teve como instrumento um questionário semiestruturado (apêndice A) composto por uma parte objetiva, voltada à caracterização dos agricultores e um roteiro para nortear questões subjetivas.

Esse tipo de entrevista combina questões tanto abertas, como fechadas, no qual o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. Permite também adicionar perguntas referentes ao estudo para elucidar questões que não tenham ficado

clara ou mesmo ajudar a recompor o contexto da entrevista (QUARESMA; BONI, 2005).

Para Lakatos e Marconi (2003) a entrevista semiestruturada, ao contrário do que ocorre com a estruturada, o entrevistador fica à vontade para progredir qualquer situação a variados destinos que julgar necessário, isto consiste em uma maneira de analisar um maior horizonte de uma dada questão.

Foram programadas três visitas a cada uma das comunidades participantes, onde as entrevistas foram realizadas no domicílio do pesquisado. A escolha das residências para participação no estudo se deu de forma aleatória, levando em consideração a acessibilidade aos entrevistados.

Esta pesquisa caracterizou-se pela utilização de questionário que permite um levantamento de dados relacionados aos aspectos socioeconômicos do público alvo, sobre o sistema de produção utilizado, analisando a partir da ótica do próprio agricultor familiar a importância da existência do PNAE e da relação com a agricultura, buscando entender aspectos que facilitem e dificultem esse vínculo.

4.5 ANÁLISE DE DADOS

Os dados provenientes do questionário sofreram análise de conteúdo e foram transcritos e analisados a partir da metodologia de análise de conteúdo de Bardin (2011), um conjunto de técnicas de análise das comunicações a fim de obter indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens que se dá em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, ou seja, inferência e interpretação.

Assim, a obtenção das informações necessárias e a análise dos dados ocorrerão a partir da transcrição das gravações de áudios através da análise descritiva dos questionários e do uso do software SPSS para as questões de caracterização dos participantes.

4.6 ASPECTOS ÉTICOS

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética, sob o CAAE 79378517.0.0000.5575 cumprindo as diretrizes e normas da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde por tratar-se de uma pesquisa envolvendo seres humanos.

Os sujeitos assinaram previamente um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B) onde foram esclarecidos sobre a natureza da pesquisa para então autorizar o pesquisador a aplicar o questionário e assim fazer uso dos dados coletados para posteriores publicações. Obedecendo a resolução citada os sujeitos participantes da pesquisa tiveram sua identidade preservada e seus dados mantidos em sigilo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O total de indivíduos participantes da pesquisa, nas duas comunidades, resultou em 15, aplicando-se o questionário com perguntas objetivas para todos os envolvidos e o recurso de gravação de áudio para o quantitativo de 10. Os indivíduos poderiam optar por não participar da parte gravada, assim justifica-se o fato de não atingir a gravação com todos os indivíduos, porém, tendo em vista a importância das informações contidas no questionário semi-estruturado (parte não gravada) optou-se por não excluí-los da pesquisa.

Assim, a seguir, os resultados descritos serão relacionados às duas comunidades, onde o primeiro capítulo é referente à caracterização de todos os entrevistados, ao passo que a partir do segundo se restringirá apenas aos que responderam as questões subjetivas.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Os dados apresentados inicialmente buscam expor aspectos gerais das condições de vida dos agricultores familiares do município de Jaçanã/RN. As informações a seguir são relacionadas ao total de indivíduos participantes das duas comunidades, tendo em vista que não existiu nenhuma característica discrepante entre as localidades a ponto de buscar separação de resultados. Assim, será possível, neste tópico, compreender os dados sobre sexo, estado civil e raça, assim como dados sócio-demográficos.

Através das informações prestadas pela Secretaria Municipal de Agricultura do município estima-se que existam em torno de 146 famílias somando as duas comunidades, sendo 98 na comunidade Boca da Mata e 48 na Serra da Lagoa.

5.1.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Os resultados obtidos através da pesquisa são importantes para compreender a realidade dos agricultores do município de Jaçanã. Os dados referentes ao sexo, raça e estado civil estão expressos na tabela a seguir:

Tabela 1. Resultado expresso em número e percentual das variáveis sobre sexo, raça e estado civil, encontradas no primeiro módulo do questionário semi-estruturado.

Variável	N/Percentual (%)
Sexo	
-Masculino	8/ 53,33%
-Feminino	7/ 46,66%
Raça	
-Branco	5/ 33,33%
-Negro	1/ 6,67%
-Pardo	9/ 60%
Estado Civil	
-Solteiro (a)	3/ 20%
-Casado (a)	8/ 53,33%
- Relação Estável	4/ 26,67%

Fonte: dados da pesquisa

De maneira geral, torna-se claro que a maioria dos entrevistados são homens; pardos e casados.

Outro dado de extrema importância que não foi apresentado na tabela foi sobre a análise da variável “idade” que teve seu valor mínimo de 28 anos e o valor máximo de 57 anos, sendo que **86,66%** apresentavam idade, no momento da pesquisa, acima de 35 anos.

Essa variável pode refletir a baixa permanência de jovens na agricultura e a alta prevalência de adultos idosos, o que é uma questão preocupante na manutenção da prática agrícola. Alguns aspectos como o êxodo rural, baixo desenvolvimento tecnológico, condições de saúde diferente do meio urbano, reprodução familiar e entre outros pontos podem ser analisados para que haja uma maior compreensão sobre essa realidade.

É importante ressaltar que está presente na realidade do campo o desejo, por parte dos jovens, em melhorar de vida investindo em educação e desta forma saindo do espaço rural para o urbano para estudar. Diante disso, este jovem pode sair em busca de maior escolaridade e capacitação, e voltar para o campo para investir seus conhecimentos na sua produção.

As condições culturais de exercício da atividade agrícola também estão ligadas a estratégias de reprodução na agricultura familiar, particularmente a estratégias sucessórias. A valorização social e adesão à identidade de agricultor podem variar segundo os contextos sociais. Assim, a agricultura pode estar ligada tanto a estratégias de permanência e adesão à identidade de “agricultor” como de estratégias de mobilidade social, implicando por parte dos pais num investimento na aquisição de diplomas superiores para seus filhos, para que estes abandonem a atividade agrícola (CARDON, 2004).

5.1.1.1 CONDIÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Geralmente as condições de saúde das pessoas residentes na zona rural são distintas das existentes na zona urbana, tanto se tratando de promoção ou prevenção, quanto de tratamento em saúde. É interessante analisar o acesso dos agricultores à saúde tendo em vista os princípios do SUS de integralidade e universalidade, entendendo que é necessário que esses indivíduos sejam acobertados pelas ações em saúde para que possam manter uma boa e constante qualidade de vida, permitindo que permaneçam no campo e desempenhe seus trabalhos adequadamente.

Levando em consideração a importância do entendimento sobre os espaços de saúde procurados pela população rural, mesmo não sendo objetivo do trabalho, pôde-se perceber através dos resultados que **100%** dos pesquisados relataram procurar Unidades Básicas de Saúde na zona urbana quando precisam de algum serviço, tendo em vista que não existem unidades e equipes direcionadas para as áreas inseridas no estudo. Um indivíduo relatou buscar tanto o serviço de saúde do SUS quanto rezadeiras existentes na região, levando em conta a complexidade da situação para decidir qual espaço procurar.

Nesse sentido, a cultura rural parece favorecer essa independência em relação aos consumos em saúde. Além disso, as desigualdades socioeconômicas indicam diferentes tempos e formas de adoecer, como também diferentes necessidades e capacidades de procurar e usar os serviços de saúde (LOUVISON et al., 2008).

Outro fator está relacionado à percepção subjetiva das pessoas sobre sua saúde ou doença, esse aspecto merece atenção em particular por se tratar do meio rural (SAWYER; LEITE; ALEXANDRINO, 2002; ALCÂNTARA; LOPES, 2012).

Embora o presente trabalho não tenha como objetivo avaliar a satisfação dos usuários em relação ao acesso à saúde, as divergências nas percepções sobre saúde que foram analisadas em um estudo de UCHOA et al (2011) apontam para a incorporação de uma concepção de necessidades de saúde centrada na doença, nos aspectos assistenciais e na estrutura do serviço.

Tendo em vista o difícil acesso à saúde e a inconstante procura pelos serviços, uma demanda levantada pela Secretaria Municipal de Agricultura do município de Jaçanã foi analisar a existência de deficientes físicos nas residências determinadas para participação na pesquisa, visando, a partir disso, o planejamento de estratégias para melhoria dos serviços para esse público.

A partir da demanda apresentada e das pesquisas realizadas foi possível analisar que em **100%** das residências inseridas na pesquisa **não** existiam deficientes físicos.

5.1.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIO-DEMOGRÁFICA DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Através dos dados obtidos é possível afirmar que a maioria dos agricultores familiares é residente em casas próprias de alvenaria acabada e localizadas na zona rural. Apenas um entrevistado relatou residir na zona urbana e trabalhar na zona rural durante o dia. Essas informações da área e tipo de moradia, assim como outras, podem ser observadas na tabela a seguir:

Tabela 2. Resultado expresso em número e percentual das variáveis correspondentes ao segundo módulo, sócio-demográfico, do questionário semi-estruturado.

Variável	N/Percentual (%)
Escolaridade	
-Sabe ler e escrever	2/ 13,33%
-Ensino Fundamental Incompleto	12/ 80%
- Ensino Médio Completo	1/ 6,67%
Tipo de moradia	
- Alvenaria Acabada	15/ 100%
Área de moradia	
-Rural	14/ 93,33%
-Urbana	1/ 6,67%
Propriedade da residência	
- Própria	12/ 80%
-Cedida	3/ 20%
Número de moradores	
- Dois	4/ 26,67%

- Três	3/ 20%
- Quatro	3/ 20%
- Mais de quatro	5/ 33,33%
Quantos cômodos existem na casa?	
- Quatro	1/ 6,67%
- Cinco	3/ 20%
- Seis	4/ 26,67%
- Sete	3/ 20%
- Acima de sete	4/ 26,67%
Quantos cômodos são utilizados para dormir?	
- Um	1/ 6,67%
- Dois	8/ 53,33%
- Três	6/ 40%
Quem administra a renda da família?	
- Mulher	1/ 6,67%
- Marido	6/ 40%
- Os dois	8/ 53,33%
Existe sanitário utilizado pelo morador?	
- Sim, dentro do domicílio	13/ 86,67%
- Sim, fora do domicílio	1/ 6,67%
- Não existe	1/ 6,67%
Qual tipo de esgotamento sanitário da casa?	
- Rede pública	1/ 6,67%
- Fossa Negra ou rudimentar	11/ 73,33%
- Esgoto a céu aberto	3/ 20%
Destino dado ao lixo	
- Queimado ou enterrado	8 (53,33%)
- Jogado em terreno baldio	7 (46,67%)

Fonte: dados da pesquisa

Um dado que é de extrema importância trata-se do nível de escolaridade dos indivíduos entrevistados. **80%** relatou ter ensino fundamental incompleto e apenas 1 indivíduo (**6,66%**) ensino médio completo. Através dessas informações é possível perceber o tempo de permanência dos indivíduos dentro da escola formal, o que contrasta com a média de idade dos entrevistados, tendo em vista que muitos iniciaram cedo sua vida na agricultura, geralmente influenciados pelo meio familiar e não tiveram um acesso regular ao ensino.

A educação formal, nesse contexto, é considerada um indicador importante para análise da apreensão de ferramentas que são úteis na construção das estratégias de reprodução social da agricultura familiar. Acredita-se na hipótese que um agricultor com maior número de anos na escola conseguirá captar um ferramental mais amplo e

diversificado, que o auxiliará nas atividades profissionais e na própria vida social, podendo ser um dos indicadores do reflexo no acesso às políticas públicas voltadas à agricultura familiar (OLIVEIRA, 2007).

Outros estudos trazem caracterizações de agricultores familiares, como Cotrim e Canever (2016) que caracterizaram agricultores de tabaco no território do centro-sul/RS e constataram que 50% dos agricultores familiares tinham ensino fundamental incompleto e 35,8% tinha ensino fundamental completo, e uma pesquisa similar realizada pela Associação dos Fumicultores do Brasil-AFUBRA, entre os seus associados do Rio Grande do Sul, mostrou que a média de permanência dos agricultores na escola formal é de sete anos e que 89,9% têm ensino fundamental incompleto (AFUBRA, 2014). Mesmo tratando-se de estudos com uma amostra superior a esta pesquisa em Jaçanã, revelam a associação de baixa escolaridade à profissão de agricultor.

Esse dado referente à escolaridade é de extrema importância, pois pode estar relacionado às outras informações provenientes do presente estudo, tendo em vista que a falta de instrução ou a instrução inadequada pode gerar atitudes inadequadas na prática da agricultura familiar pelo próprio fato de não ter informações suficientes. Essa relação pode existir com a variável da destinação do lixo, onde observou que **53,33%** dos agricultores queimam ou enterram o lixo e **46,67%** descarta em terreno baldio, necessitando de outros estudos para comprovar esta possível associação.

Os resultados sobre o destino do lixo no presente estudo têm índices maiores que os apresentados no estudo de Rocha et al (2012) que realizou uma pesquisa em 100 propriedades rurais do município de Pranchita/PR e identificou que 27,1% dos pesquisados queimam os resíduos sólidos e 12,5% enterram na própria propriedade.

As alterações ambientais e os prejuízos aos recursos naturais provenientes da disposição inadequada dos resíduos domésticos em pequenas comunidades ou na zona rural, apesar de serem de uma magnitude menor que aquelas produzidas nos “lixões” das grandes cidades, podem, também, constituir impactos ambientais negativos, principalmente porque, muitas vezes, passam a ocupar um espaço físico ainda não ocupado pelo homem, ao contrário do que ocorre na zona urbana (COLLARES et al., 2007).

Para Kazubek (2010), existe uma ineficiência no sistema de coleta rural, sendo os resíduos descartados no meio ambiente, queimados, na maioria dos casos; mas o

questionamento é entorno do porquê de tal problema, já que os sistemas de coleta deveriam atender a população de forma geral, não somente a zona urbana.

Para Darolt (2008), essa despreocupação social com o “lixo rural” vem de uma ideia errada da população urbana sobre o rural, na qual a primeira considera que pelo reduzido número de pessoas que vivem no campo – aproximadamente 19% da população – o problema do lixo seja insignificante. Porém não se tem a percepção de que esses danos ambientais na área rural têm reflexos importantes na qualidade de vida das zonas urbanas, inclusive em se tratando da água fornecida às cidades e na qualidade dos alimentos produzidos.

5.1.2.1 DISPONIBILIDADE DE ÁGUA NAS COMUNIDADES BOCA DA MATA E SERRA DA LAGOA

Através das variáveis analisadas foi possível identificar a realidade do acesso à água, assim como sua disponibilidade, entendendo que esses dados são necessários para compreender as dificuldades de produção de alimentos e qualidade de vida.

Assim, **100%** dos pesquisados relataram que a água está disponível diariamente para as atividades do dia. Porém, para que exista essa disponibilidade constante é necessário que não exista a dependência de apenas uma forma de abastecimento, pois constatou-se que **86,66%** utilizam água proveniente da Operação Pipa, mas que mesmo assim torna-se necessário optar por outras formas de acesso a água como rede pública, poço artesiano e carro pipa disponibilizado pela prefeitura, evitando assim a falta d’água nas residências. **26,66%** ainda relataram que buscam água em comunidades próximas, na rua ou na vizinhança.

O acesso à água é uma variável diretamente ligada com a produção de alimentos e qualidade de vida dos agricultores familiares. Para que exista essa disponibilidade diária é necessário que também exista um controle de consumo de água e que muitas das vezes a manutenção de uma plantação fique em segundo plano para que as atividades domésticas, que necessitam de água possa ser suprida.

Essa dificuldade de acesso à água não é apenas uma realidade das comunidades inseridas na pesquisa e nem muito menos do município de Jaçanã, mas sim do bioma da Caatinga, que ocupa uma área de cerca de 750.000 Km² e engloba partes dos territórios pertencentes aos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais. Sua área corresponde a 54%

da Região Nordeste e a 11% do território brasileiro. Possui índices pluviométricos muito baixos, em torno de 250 a 900 mm anuais e constitui o chamado Polígono das Secas (ALVES; ARAÚJO; NASCIMENTO, 2009).

Devido essas características do bioma, tornou-se necessário desenvolver ações visando a garantia do acesso à água para a população inserida nessa realidade, não deixando depender somente dos períodos de chuva. Assim, um programa que contribui para o acesso à água nessa realidade é a Operação Pipa, que é de mútua cooperação técnica e financeira entre os Ministérios da Integração Nacional e da Defesa (Portaria Interministerial nº 01 de 26 de julho de 2012), gerenciado pelo Ministério da Integração e operacionalizado pelo Exército Brasileiro para realização de ações complementares de apoio às atividades de distribuição de água potável às populações atingidas por estiagem e seca na região do semiárido nordestino. O funcionamento do Programa se dá pela transferência de recursos orçamentários - financeiros através do SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, sob controle do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

Através dessa ação é possível ter um abastecimento de água potável nas comunidades estudadas e em outras do município de Jaçanã, já a disponibilizada pela prefeitura municipal e as outras formas de acesso já citadas anteriormente visam, geralmente, obter água para as outras necessidades que não sejam consumo humano.

Assim, a partir da análise descrita acima é possível entender que mesmo ocorrendo o acesso à água proveniente da Operação Pipa e existindo a disponibilidade diária de água nas residências dos agricultores, a dificuldade de obter uma quantidade ideal de água, para que possa existir um plantio e produções de alimentos, ainda é existente. De modo geral isso afeta a disponibilidade de alimentos por reduzir a intensidade do fluxo no sistema agroalimentar local e, conseqüentemente, afeta o fornecimento de alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

5.1.3 CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL

As informações expressas neste tópico são a respeito dos aspectos relacionados com a produção de alimentos nas duas comunidades, permitindo a partir disso, facilitar a compreensão sobre os alimentos mais produzidos, posse de sementes, utilização de aditivos químicos, venda de produtos e outros dados.

Através das respostas dos pesquisados, na tabela abaixo é possível encontrar os alimentos produzidos nas localidades de acordo com o número de produtores, onde, posteriormente contribuirá para a identificação da permanência ou temporariedade na produção de cada alimento descrito.

Tabela 3. Alimentos produzidos e a quantidade de produtores nas comunidades analisadas.

Alimentos	Número de produtores
ORIGEM VEGETAL	
Acerola	8
Alface	1
Cajá	1
Caju	7
Cebola	1
Coco	4
Coentro	3
Feijão/Fava	14
Goiaba	1
Jaca	1
Jerimum	8
Mandioca	7
Manga	1
Maracujá	9
Milho	12
Tomate	2
ORIGEM ANIMAL	
Bovino	8
Suíno	7
Caprino	5
Aves	11

Fonte: dados da pesquisa

Através da tabela descrita acima é possível ter uma melhor compreensão sobre os principais alimentos produzidos e existentes na região. Com relação aos alimentos de origem vegetal pode-se notar que feijão/fava e milho são os alimentos mais produzidos, seguido de maracujá, acerola, jerimum, mandioca e caju, respectivamente. Dentre os mais produzidos nas comunidades estudadas foi possível identificar que feijão/fava e

milho, apesar de serem os mais escolhidos, em **100%** dos casos sua periodicidade foi definida como temporária, ou seja, sua produção abundante só ocorre nos períodos onde existe frequente chuva. Esse fato é semelhante à produção de mandioca, caju e jerimum. Já nos casos do maracujá e acerola observou-se que a maioria dos produtores relatou permanente produção. Já sobre os produtos de origem animal é possível compreender que 73,33% dos agricultores possuem criação de aves, essa realidade, possivelmente, está ligada aos baixos custos e facilidade da criação desses animais de pequeno porte. Além disso, foi possível analisar que os pesquisados não se limitam somente às produções de alimentos de origem vegetal, pois todos os agricultores possuem produtos do gênero animal, que no meio rural se torna estratégia para transformar os resíduos em proteínas de alto valor biológico e em adubo que será aproveitado na produção de alimentos.

Dos 15 agricultores pesquisados apenas 1 relatou não fazer consumo dos alimentos produzidos em sua propriedade. Já tratando especificamente dos produtos de origem animal, 60% obtém renda através da venda desses produtos, onde se observou que as aves são as mais comercializáveis, seguido dos suínos, bovino e em menor número os caprinos.

A produção para o autoconsumo, também denominada mínimo calórico, mínimo alimentar vital, consumo doméstico e, popularmente, produção “pro gasto”, é definida como a parcela da produção de alimentos destinada ao consumo familiar. É equivocado estereotipar esta produção como residual, ou ainda associar à quantidades pequenas e produtos incompatíveis com os padrões de qualidade dos mercados. O que a caracteriza é o seu valor de uso para os membros da família (GRISA; SCHNEIDER, 2008).

O autoconsumo é uma atitude comum entre os agricultores, como foi observado no presente estudo, e traz diversos benefícios para o agricultor e sua família. O primeiro fator positivo é o fato de o trabalhador economizar na compra dos gêneros alimentícios, assim, ao produzir seus próprios alimentos, a unidade familiar deixa de gastar o equivalente em recursos monetários com a compra de alimentos nos supermercados, além disso, ao mesmo momento que deixa de procurar os supermercados evita consumir alimentos que não garante a segurança alimentar e nutricional para a família, com isso, outro ponto pode ser destacado, pois a produção para o autoconsumo permite acesso facilitado, sem nenhum processo de intermediação por meio de valores de troca, a um conjunto diversificado de alimentos capazes de fornecer amplamente os nutrientes que o organismo humano necessita. Também, o autoconsumo é uma forma de produção que

respeita as preferências alimentares das comunidades locais, suas práticas de preparo e consumo, e serve como um instrumento de preservação da cultura, dada que muitas destas práticas são passadas de pais para filhos, em consonância com as condições socioambientais e a própria história local. Por fim, outro ponto muito importante que permeia o autoconsumo é garantir a satisfação alimentar do grupo familiar com a mínima dependência externa, significando que o pai e a mãe desempenharam com sucesso suas funções (GAZOLLA, 2004; GRISA; SCHNEIDER, 2008).

Através disso, é possível entender que a agricultura familiar não é definida apenas pela compra e venda de alimentos, mas sim pelo autoconsumo também, porém tanto o autoconsumo quanto à comercialização dos produtos são determinados por alguns fatores como a escolha dos alimentos que a família irá produzir. Assim, a partir das análises dos resultados pôde-se determinar que **60%** dos agricultores pesquisados indicaram que o custo/benefício influenciava na escolha do alimento a ser produzido, ou seja, mais da metade dos agricultores levam em consideração o valor que irão gastar para produzir determinado alimento e o valor que irá arrecadar com a comercialização. Os demais motivos identificados foram fácil cultivo, colheita e produção frequente e “outros motivos” como resistência à seca e a possibilidade de consumir uma parte da produção.

Um dos aspectos relatados pelos pesquisados foi quanto à necessidade de água para manutenção da produção, o que se relaciona com outra variável analisada no estudo, que eram as causas das produções temporárias, entendendo que a maior parte dos alimentos relatados são produzidos em épocas/períodos do ano e não de forma permanentes. Assim, **100%** dos agricultores familiares definiram que o motivo para produção temporária é o período de chuva/seca, corroborando com as informações descritas neste próprio estudo sobre o acesso à água, onde foi possível identificar que existe disponibilidade de água, porém, que a maior demanda é destinada prioritariamente para as atividades domésticas e apenas **26,66%** utilizam água proveniente de poço artesiano, que seria uma das formas mais comuns e ideais para manutenção das plantações.

Outro dado observado foi sobre a propriedade de produção, onde foi possível constatar que **66,67%** utilizam o próprio terreno, já **33,33%** utilizavam terras de terceiros. Nesses casos, a forma de pagamento pelo uso da terra, citada pelos agricultores foi através da divisão da produção.

Assim, o uso de terras “não próprias” não pode se caracterizar arrendamento ou parceria, pois não existe a exigência de contratos legais entre os agricultores, se configura mais como uma espécie de acordo e contrato informal.

Além disso, também foi possível identificar que apenas 20% dos agricultores entrevistados relataram contratar mão de obra para auxílio nas atividades agrícolas. Esse dado é importante para contribuir na interpretação dos gastos que o agricultor familiar tem nas atividades relacionadas à produção de alimentos.

Um estudo de Clemente et al (2010) onde foram examinados controles de custos de 235 propriedades familiares na Região Centro-Sul do Paraná, expôs que apenas 13,98% dos agricultores entrevistados realizam contratação de mão de obra.

Segundo Ares e Salamoni (2012) entre os fatores que podem levar à contratação de mão-de-obra externa à propriedade estão os relacionados ao êxodo rural de alguns dos componentes do grupo familiar, onde esse êxodo pode ocorrer por vários motivos como a formação de novas famílias, por doenças, por falta de oportunidade no meio rural, entre outros. Assim, com um êxodo presente e ao baixo número de componentes familiares envolvidos na atividade agrícola, torna-se necessário buscar oferta de mão de obra, principalmente nos períodos de safras e alta produção.

Outro aspecto importante no processo de produção dos alimentos pela agricultura familiar é como ocorre a posse das sementes pelos trabalhadores. Através da presente pesquisa foi possível identificar que as formas relatadas foram: através de órgãos públicos, através dos próprios alimentos produzidos e através da compra.

Geralmente o principal órgão público responsável por disponibilizar as sementes, para os agricultores de Jaçanã, é a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

Os serviços de assistência são executados seguindo a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural onde coloca que para dar conta dos desafios, os serviços públicos na área devem ser executados mediante o uso de metodologias participativas, devendo seus agentes desempenharem papel educativo, atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável. Isso exige novas formas e instrumentos para relacionar os diversos atores e capacitá-los em gerenciar processos de desenvolvimento em conjunto (MEDEIROS; BORGES, 2007).

Além do apoio da EMATER auxiliando no acesso dos agricultores às sementes, a forma de posse através dos próprios alimentos produzidos é uma forma viável para os agricultores pois é possível manter a espécie da semente, economizar e geralmente ter

uma quantidade suficiente para realização do plantio. As principais formas relatadas para armazenamentos de sementes foram a utilização de garrafas pets e através de silos.

Um estudo etnográfico em 13 propriedades de municípios do estado do Rio Grande do Sul constatou que a maior parte dos agricultores está gradualmente aderindo ao uso das embalagens plásticas (garrafas „pet“) e frascos de vidro para armazenagem das sementes, sendo que 31% dos agricultores têm o cuidado com a luz (armazenagem no escuro – embalagens escuras ou cobertas); 15% disseram utilizar temperaturas baixas no acondicionamento de certas sementes (geladeira); e 15% deles têm o cuidado de “retirar o ar” do interior dos vidros assim que acondicionam as sementes (PELWING; FRANK; BARROS, 2008). Estudos como esse demonstra a preocupação que os agricultores têm com o bom armazenamento de sementes, muita das vezes mesclando o uso de técnicas mais atuais com técnicas antigas.

A outra forma muito relatada, pelos agricultores, de posse de sementes é através da compra, porém, nesse caso irá existir mais um gasto dos agricultores e ao contrário da forma de armazenamento de sementes dos plantios anteriores, essa forma não permite que o trabalhador saiba a origem da semente, que pode até se caracterizar transgênica.

Aliado à forma de posse das sementes, a pesquisa também objetivou compreender se os agricultores tem algum conhecimento sobre semente transgênica, e um fato preocupante foi a constatação que **100%** dos pesquisados não souberam informar o que seria uma semente transgênica, assim, todos os agricultores responderam “não” para a variável “você sabe dizer o que é uma semente transgênica?”.

A partir disso, entendendo que a transgenia está cada vez mais presente no mercado agrícola e no meio rural, aliada às monoculturas e à agricultura convencional, a partir do momento que os agricultores relatam que uma das formas da posse de semente é através da compra, possivelmente os mesmos estão comprando sementes transgênicas.

As sementes transgênicas são organismos geneticamente modificados, isto é, que resultam da combinação de materiais genéticos, originando uma nova forma, com características diversas das dos organismos originais envolvidos no experimento. O desenvolvimento das sementes transgênicas, iniciado na segunda metade do século XX, visava desenvolver organismos mais tolerantes a herbicidas e resistentes a insetos, com os quais se obteria maior produtividade e se teria condições de resolver o problema da fome no mundo, promessa que, entretanto, não se concretizou (ZIMMERMANN, 2011).

Dentre os riscos dos transgênicos para a agricultura, os mais relevantes são o aumento da população de pragas e microorganismos resistentes e/ou patogênicos, o aumento ou promoção de plantas daninhas resistentes a herbicidas, contaminação de variedades crioulas mantidas pelos agricultores, contaminação de produtos naturais, diminuição da diversidade em cultivo com o aumento da vulnerabilidade genética, dependência, por parte dos agricultores, de poucas empresas produtoras de sementes, produtividade e incerteza dos preços dos produtos transgênicos (GUERRA; NODARI, 2009).

Além de tudo, a transgenia aliada aos outros aspectos do modelo convencional de agricultura nega todo um legado histórico da humanidade em busca da garantia da segurança alimentar na medida em que, por definição, não visam alimentar quem produz e, sim, a mercantilização do produto. Assim, a segurança alimentar é deslocada pela lógica mercantil. Com isso, o uso das sementes transgênicas influencia diretamente a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos indivíduos a partir do momento que não confere um acesso adequado e um alimento seguro (ZIMMERMANN, 2011).

As sementes transgênicas, assim como a biotecnologia em geral, segundo Altieri (2002) estão sendo usadas na agricultura para reparar os problemas causados por tecnologias agroquímicas anteriores (resistência aos pesticidas, poluição, degradação do solo etc.), desenvolvidas pelas mesmas empresas que agora lideram a biorrevolução, sendo que os cultivos transgênicos criados para o controle de pragas seguem de perto os paradigmas de usar apenas um mecanismo de controle (um pesticida) que demonstrou repetidas vezes seu fracasso frente aos insetos, aos patógenos e às pragas.

Essa relação direta do uso da semente transgênica e utilização de pesticidas/agrotóxicos também é preocupante no ambiente agrícola, principalmente se tratando de agricultura familiar, onde teoricamente não era pra existir a valorização e uso dessas ferramentas. Assim, através do presente estudo também foi possível investigar o uso de agrotóxicos pelos agricultores. Os resultados encontrados foram expressos no gráfico abaixo.

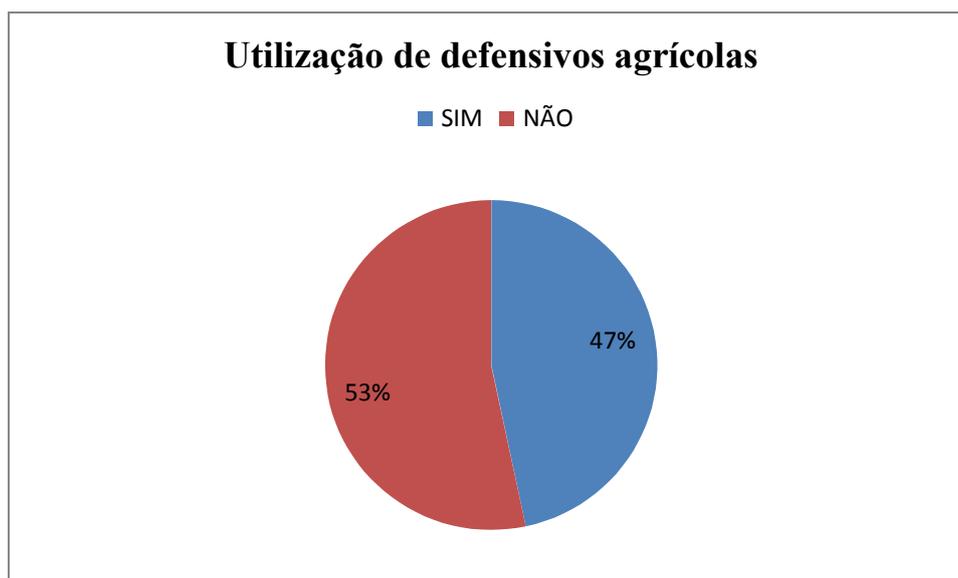


Gráfico 1 – valores, expressos em percentual, referentes aos agricultores familiares que utilizam defensivos agrícolas. Fonte: dados da pesquisa.

Através da ilustração é possível identificar que **47%** dos agricultores familiares utilizam defensivos agrícolas em suas plantações, resultando em 7 agricultores, dos 15 pesquisados. Os pesquisados relataram a utilização de “sulfato” que possivelmente seja referente ao sulfato de cobre e outros agricultores relataram o uso de até “carrapaticida” que é um produto medicamentoso para tratamento animal, onde seu uso no meio agrícola pode afetar seriamente a saúde do consumidor. Além disso, 2 desses 7 agricultores citaram os produtos que utilizavam, sendo DECIS (inseticida) e GLIFOSATO (herbicida).

Diante dos dados expostos é possível perceber que o processo de produção tem diversas etapas e vários influenciadores, seja no perfil da semente, no acesso do agricultor ao serviço de saúde e ao apoio técnico, na disponibilidade de tecnologias e serviços para otimizar o trabalho agrícola e entre outros fatores. Por fim, é de grande importância compreender como acontece a última etapa da produção de alimentos, que é a comercialização dos produtos. Assim, as variáveis estudadas serão descritas na tabela abaixo.

Tabela 4. Descrição dos dados referente à comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Variável	N/Percentual (%)
Pra quem os produtos são vendidos	
- Direto ao consumidor	2/ 13,33%
- - Atravessador	9/ 60%
- Não vende produtos	4/ 26,66%
Quem negocia a venda dos produtos	
- Mulher	1/ 6,67%
- Marido	8/ 53,33%
- Os dois	2/ 13,33%

Fonte: dados da pesquisa

Diante dos resultados expressos é possível analisar que a maioria dos agricultores familiares fornecem produtos diretamente para os atravessadores, já 26,66% não comercializam produtos, sendo destinados apenas para a alimentação familiar e 13,33% vendem produtos ao consumidor, na maioria das vezes acontece na propriedade do trabalhador.

A influencia econômica existente através da inserção do atravessador no sistema de produção agrícola gera desigualdades nos preços dos produtos, contribuindo negativamente para os agricultores, onde os mesmos deixam de ter maiores lucros devido o valor que fica retido “na mão” dos indivíduos que atravessam os produtos.

Essa realidade infelizmente contribui para uma menor valorização dos produtos proveniente do campo e se transforma em uma problemática para o agricultor, como foi relatado em um estudo de Assis e Romeiro (2005) onde objetivou caracterizar os sistemas agrários da região centro sul do Paraná através de entrevista com 35 agricultores familiares e concluiu que 28 (80%) determinaram a comercialização manipulada por atravessador como uma dificuldade da atividade agrícola.

O produtor nordestino está na dependência econômica imposta pelo atravessador, que é condicionado, a exploração. O produtor é quem paga pelos custos da produção, e devido essa situação, que ficou tão banalizada, infelizmente, muitos produtores abrem falência, em função do baixo preço pago pelas mercadorias (SOUZA, 2014).

No município de Jaçanã, essa presença do atravessador, contribui para o enfraquecimento da categoria de agricultura familiar, tendo em vista que a produção de alimentos por si só já enfrenta dificuldades de disponibilidade de água, apoio técnico e

outros fatores, tornando assim uma situação preocupante para o desenvolvimento agrícola municipal.

Sobre o trabalhador que negocia os produtos foi visto que esse papel é mais voltado para o homem, resultando em 53,33%, seguido do envolvimento dos dois (homem e mulher) (13,33%) e por fim, no papel da mulher, enquanto vendedora, que resultou em 6,67%.

É importante ressaltar que 46,66% dos entrevistados foram do sexo feminino, mas mesmo assim, a maioria das agricultoras relatou não ter um envolvimento maior no momento de venda dos produtos, refletindo que a parte financeira volta-se prioritariamente para o sexo masculino.

Outro dado que mostra a relação da mulher com a agricultura e fator econômico da família foi com relação à análise da fonte de renda familiar, onde se observou que 60% dos entrevistados dependem somente da agricultura para se sustentar, já os outros 40% possui outras formas de renda, em sua maioria o Bolsa Família, onde o espaço de titular do benefício se restringe à mulher.

Além das variáveis sobre comercialização de alimentos, o processo de produção e venda de alimentos constituem-se em outros determinantes. Assim, para que existe um ciclo ideal de produção e uma garantia de segurança alimentar e nutricional é necessário que os determinantes sejam investigados. Nesse trabalho foi possível observar que a escolaridade influencia diretamente a produção de alimentos, limitando a busca por direitos e conhecimentos no âmbito rural, assim como o determinante do lixo, que prejudica o meio ambiente e pode prejudicar a qualidade dos alimentos e a problemática da disponibilidade de água que limita de maneira preocupante o plantio e a manutenção das produções. Assim, pode-se definir que esses são três determinantes observados a partir da pesquisa, que influenciam no sistema agroalimentar e na segurança alimentar e nutricional.

5.2 AGRICULTURA FAMILIAR: REPRODUÇÃO SOCIAL E SOBREVIVÊNCIA NO CAMPO.

Todos os indivíduos pesquisados relataram que a inserção no meio agrícola se deu através da família, pela influência, principalmente, de pai ou avô. Essa reprodução social é causa de diversos estudos no meio acadêmico, buscando entender os diversos fatores que influenciam a continuidade e sucessão na agricultura.

Uma importante característica da agricultura familiar é que o pleno exercício profissional por parte das novas gerações compreende além do aprendizado de um ofício, também a gestão de um patrimônio imobilizado em terras e em outros capitais. A formação de novas gerações de agricultores envolve, portanto, um processo composto por três partes: a sucessão profissional, isto é, a passagem da gerência do negócio e da capacidade de utilização do patrimônio para a próxima geração; a transferência legal da propriedade da terra e dos ativos existentes; e, finalmente, a aposentadoria, quando diminui o trabalho e, sobretudo, o poder da atual geração sobre os ativos que compõem a unidade produtiva (GASSON; ERRINGTON, 1993).

Assim, no ambiente da pesquisa foi possível constatar que o início da relação com a agricultura teve como principal influência os chefes de família, onde os agricultores tiveram o contato muito cedo com a área e a partir disso, desempenham a profissão até a atualidade, como é possível observar na seguinte fala:

“A gente começou assim, de ver os pais da gente começar a plantar, e aí a gente foi criado tudo na agricultura, aí até hoje nós “tamo” na batalha da agricultura... aí ele (pai) incentivava nós pra trabalhar também né, aí foi tempo que ele morreu, aí a gente ficou, aí vai continuando de pai pra filho” (Entrevistado 3)

Esse contato longo e, muitas vezes exclusivo, com a área, gera uma relação íntima do indivíduo com a profissão, fazendo com que a inserção na agricultura familiar permaneça até a aposentadoria. Quando questionados a maioria dos agricultores revelou que não conseguia imaginar, no momento da pesquisa, trabalhando em outra profissão que não fosse a agricultura. Foi possível observar que os agricultores compreendem que a falta do contato maior com o ensino regular, acarretando a baixa escolaridade, é um fator determinante no mercado de trabalho. A preocupação com a baixa escolaridade pode ser relatada na seguinte fala:

“Imaginava, mas pra isso a gente não tem estudo, né! Tem que primeiro ter estudo” (Entrevistado 6).

Diante da realidade, pode-se definir que a escolaridade além de ser um grande fator no mercado de trabalho, é um fator preocupante para a própria atuação na agricultura, tendo em vista que é importante o produtor conhecer os seus direitos e deveres, deter informações sobre políticas públicas e fatores que envolvam a produção de alimentos e sua posição perante a sociedade. A baixa escolaridade no âmbito rural é

reflexo de políticas educacionais excludentes que se funde aos outros determinantes, tornando o campo com condições distintas da área urbana.

A partir dos posicionamentos demonstrados através das falas dos pesquisados permite-se compreender que a permanência na atividade agrícola e no meio rural é multifatorial, envolvendo aspectos sociais, econômicos e até sentimentais.

Como já foi observado o processo da relação do agricultor com a prática agrícola, geralmente, inicia-se na infância e prolonga-se até a terceira idade, envolvendo alguns componentes de grande importância, como é o caso do território, que representa grande valor emocional para o trabalhador. Essa importância da propriedade torna-se clara através das seguintes falas:

“Rapaz, pra mim significa “bom” né, porque, além de ser meu, é sossegado, é de lá que eu arrumo comer né, quando chove, e é de lá que eu já eduquei meus filhos, tudo arrumado de lá” (Entrevistado 8)

“Rapaz, é a vida da gente, através dele (sítio) que a gente tem a vida, que trabalha” (Entrevistado 9)

A relação do agricultor com sua propriedade apresenta-se como aquele trabalhador que conhece de modo especial e detalhado a terra, as plantas e os animais que são seus, e que, por esta razão, sente-se comprometido com o respeito e a preservação da natureza, possuindo “o afeto da terra” e o amor pela profissão (BRANDÃO, 1999; WANDERLEY, 2013).

A maioria dos agricultores familiares entrevistados demonstrou grande respeito e consideração pelas terras onde trabalham, expondo que a prática agrícola não representa somente fonte de renda, mas estilo de vida, representação cultural, social, sentimental e ferramenta de dignidade.

Além da investigação relacionada às concepções sobre a importância da terra, o presente estudo também se preocupou na análise das considerações sobre a importância de ser agricultor familiar.

Como já foi discutido, a agricultura, historicamente, é desvalorizada, seja pela baixa remuneração, ausências de direitos sociais, dificuldades de acessos à serviços de saúde, tecnológicos e outros. Assim, tornou-se necessário compreender se existe

desvalorização pelo próprio agricultor e a análise do mesmo sobre a valorização por parte de terceiros.

Diante dos dados, foi possível observar que todos os agricultores pesquisados valorizavam a agricultura familiar, sendo possível observar a liberdade da profissão como um fator importante para tal, como expõe a seguinte fala:

“Pra mim é demais, pra mim, o sonho meu é agricultura. Olhe, se hoje viesse o serviço de prefeitura pra eu, eu não queria. Por que eu quero ser solto para trabalhar na minha agricultura. Eu acho bom demais, amanhecer o dia apanhando alguma coisa, fazendo alguma coisa, eu acho bom demais.” (Entrevistado 2)

Mesmo perante as dificuldades abordadas, historicamente, pela agricultura familiar de maneira geral, tornando difícil a vida e estadia no campo, onde a nível local ainda torna-se forte a falta de água, o agricultor familiar não desiste da profissão que sempre exerceu, e, além disso, valoriza a mesma, o que se torna muito importante, pois sem essa autovalorização do produtor, provavelmente, encontraríamos uma zona rural mais devastada e produções de alimentos mais prejudicadas.

Além dessa autovalorização, a não priorização do posicionamento de maneira individual, partindo para o pensamento sobre a importância da agricultura familiar também para a comunidade geral, revelando a consciência da contribuição ampla da produção familiar, pôde ser notada nos seguintes depoimentos:

“Unrrum, acho que sim, porque aqueles que não trabalham na agricultura dependem da gente que é agricultor né?!” (Entrevistado 9)

“Apesar de toda dificuldade eu ainda acho que agricultura é o que leva o país pra frente, apesar de toda dificuldade, porque se o agricultor não produzir não tem meio de sobrevivência pra ninguém”. (Entrevistado 1)

A consciência que os agricultores têm sobre a importância de suas profissões faz com que os mesmos assumam um papel de extrema importância perante a sociedade, pois além de meio de sobrevivência, como citou um dos entrevistados acima, os produtos da agricultura familiar garantem soberania alimentar, possibilitando que a população escolha o tipo de alimento que pode consumir. Esse conceito de Soberania Alimentar remete, além disso, refere-se a um conjunto mais amplo de relações: ao

direito dos povos de definir sua política agrária e alimentar, garantindo o abastecimento de suas populações, a preservação do meio ambiente e a proteção de sua produção frente à concorrência desleal de outros países (MEIRELLES, 2004).

Da mesma forma que os costumes, práticas e propriedade passam de geração para geração, a valorização da profissão também pode ser difundida pelos chefes familiares, influenciando os jovens a sentirem prazer pela produção de alimentos e prática agrícola.

Percebeu-se, na presente pesquisa, que a valorização da agricultura acontece fortemente por parte dos próprios agricultores, fazendo com que os mesmos resistam às dificuldades enfrentadas no campo e permaneçam na profissão. Além disso, foi possível observar que alguns agricultores acham que existe pouca valorização por parte de outros indivíduos, como é possível notar no depoimento a seguir:

“Rapaz, eu acho que tem muita gente que não valoriza não, que não dá valor ao agricultor não!”(Entrevistado 2)

Apesar dos agricultores relatarem observar uma desvalorização da agricultura familiar por parte da comunidade, é importante frisar que outros fatores podem influenciar no processo de desenvolvimento agrário, se configurando mais decisivo no exercício de produção de alimentos, como é possível observar na fala seguinte:

“Eu acho, porque o pessoal está muito desmotivado, devido à seca, à falta d’água, aí muita gente... e também a questão da segurança, o pessoal está muito inseguro, de ter muito roubo. O pessoal costuma falar assim: “ah, sítio não dá mais, não vale a pena trabalhar, fulano é preguiçoso, fulano não trabalha” e fica nessa, mas na verdade o que a gente sente é a insegurança do pessoal (...)” (Entrevistado 1).

Diante disso, entende-se que a produção de alimentos no meio rural, assim como a permanência no campo, enfrenta diversas dificuldades, compreende-se que a forte seca que assola, principalmente, a nossa região torna-se um dos principais problemas para o agricultor familiar que quando aliada à outros fatores como a violência, ressaltada na fala acima do entrevistado, constrói fatores que desmotivam o agricultor familiar. Assim, além do campo possuir outro ambiente social, quando comparado ao meio urbano, torna-se nítido que precisa de políticas públicas efetivas que promovam melhores condições de vida para essa população, buscando resolver problemas como a disponibilidade de água e a violência no ambiente rural.

Como já abordado anteriormente, outro grande fator, que se torna preocupante e está contribuindo para o enfraquecimento da continuidade e sucessão na agricultura familiar, é a desvalorização da profissão por parte dos jovens familiares. Na presente pesquisa foi possível identificar essa problemática, como pode-se perceber na seguinte fala:

“Tem hora que ela (filha) diz assim, tem hora que ela fala assim: “Mas agricultura hoje não tá dando mais não”, mas o problema é que a fonte de renda da onde a gente tira, a gente não tem emprego fixo né! Ai é o jeito batalhar assim mesmo”. (Entrevistado 3)

Através dos dados demonstrados é possível entender que é de extrema necessidade pensar nos fatores que desmotivam a permanência no ambiente rural, entendendo que o campo está há anos sofrendo com o êxodo rural e problemas na reprodução social e sucessão na agricultura. A partir da problematização sobre os determinantes das condições de vida rural é possível entender fatores que influenciam diretamente na produção de alimentos.

5.3 ACESSO DOS AGRICULTORES FAMILIARES AO PRONAF E PAA.

Outro aspecto que contribui para a permanência do homem no campo, para o fortalecimento da agricultura familiar e conseqüentemente, melhor condição de vida rural são as políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

De maneira geral, as políticas públicas buscam primordialmente satisfazer as demandas sociais que estão em situação de vulnerabilidade, como também fomentam o desenvolvimento através de emprego e renda, tornando-se um dispositivo de utilidade do governo para intervir na economia e na sociedade, como, por exemplo, na agricultura. As políticas agrícolas atuam na infraestrutura, tecnologia e na relação entre o mercado agropecuário e os agricultores, conduzindo as condições de comercialização, financiamento, preço dos produtos e incentivos fiscais, contribuindo para o desenvolvimento da região e dos produtores (HENING; SANTOS, 2016).

Atualmente, as principais ações desempenhadas no ambiente agrícola com ênfase na agricultura familiar são através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Adequada (PNAE) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), onde a implementação desses

programas vêm há alguns anos transformando e valorizando o espaço dos produtos provenientes da agricultura familiar.

Mesmo diante do importante papel dessas políticas tornou-se necessário avaliar o conhecimento e acesso dos agricultores frente o PRONAF E PAA.

Com isso, observou-se que o PRONAF, dentre os programas citados acima, foi o mais conhecido, e conseqüentemente, o que os agricultores tinham maior acesso, como pode ser observado na seguinte fala:

“Pronto, eu tenho esse PRONAF. Tu agora falou num momento bom mesmo, eu tenho esse PRONAF e de dois em dois anos eu renovo o meu PRONAF aí é sempre como a gente vai se “rebolando”, por isso que eu... importante, a agricultura é em primeiro lugar aqui pra a gente, porque se não fosse esse PRONAF também, “armaria”, era difícil, porque a gente vai trabalhando, o banco fornece aí dá o desconto né. Aí é importante para o agricultor” (Entrevistado 3).

O PRONAF como o programa de maior acesso pode ser resultado do grande papel que, historicamente, vem desempenhando no âmbito rural, foi a primeira conquista dos pequenos produtores rurais após diversas demandas do campo. Ele trouxe consigo o dever de dinamizar o espaço rural, construir infraestruturas necessárias e disponibilizar o financiamento de crédito aos agricultores, direcionando a categoria ao aumento da produtividade e a melhoria das condições de vida desta população (HENING; SANTOS, 2016).

O PRONAF é o programa mais conhecido no ambiente agrícola e de maior acesso pelos agricultores de Jaçanã/RN, esse fato pode ser devido à necessidade de crédito para investimentos rurais, que pode possibilitar que os agricultores invistam em iniciativas para melhoria das atividades agrícolas, como pode ser observado na seguinte fala:

“Tenho (PRONAF), é o que ajuda a gente, foi através do PRONAF que eu comprei essa terra” (Entrevistado 9).

Com relação ao PAA percebeu-se que uma grande parcela dos agricultores familiares pesquisados não tem conhecimento e, conseqüentemente, não têm acesso, o

que pode ser considerado uma problemática grave tendo em vista a relevância dos serviços fornecidos.

A falta de acesso adequado às políticas públicas agrícolas é um indicador que pode representar muito sobre os próprios agricultores e sua área ou região. Um estudo semelhante de Esquerdo e Bergamasco (2015) que realizou uma análise da agricultura familiar e o acesso aos principais programas de políticas públicas em 3.597 estabelecimentos rurais de 10 estados de Circuito das Frutas/SP demonstrou que com a exceção de seis agricultores do município de Atibais, a maioria dos agricultores familiares dos municípios avaliados não tem acesso ao PAA, por dois principais motivos: falta de informação e o baixo valor sobre o limite de comercialização por agricultor/ano, o que não os estimula a acessá-los. Já com relação ao PRONAF o estudo conclui que apesar dos 17 anos de criação da política, ainda são poucos os agricultores que tem acesso. Percebeu-se que tanto o valor financiado quanto a quantidade de contratos nos municípios é pequena frente ao volume de recursos financiados pelo programa no estado de São Paulo.

Dentre os fatores que podem contribuir para a dificuldade no acesso aos programas focados no desenvolvimento agrícola, pode-se indicar a falta de acesso às informações como um determinante importante, essa provável relação pôde ser analisada através da pesquisa, onde se observou que uma importante parcela dos agricultores entrevistados não obtinha conhecimento sobre a existência das principais políticas que fortalecem a agricultura familiar.

Os principais programas de fortalecimento à agricultura familiar como PAA PNAE e PRONAF preveem ações que buscam a valorização da produção de alimentos por esse perfil de agricultura, porém, além do desconhecimento sobre a funcionalidade desses programas citados, percebeu-se que os agricultores relataram a necessidade de ações voltadas para a problemática da disponibilidade da água, que é extrema necessidade para que a agricultura possa desempenhar suas funções de maneira segura e constante, essa falta de conhecimentos dos agricultores sobre as políticas públicas pôde ser observado na seguinte fala:

“Tem, rapaz, tem muito pouco para fornecer para agricultura, porque, vamos supor, aqui mesmo, se eu tivesse um poço tubular para trabalhar mesmo, eu era um cara, graças à Deus, folgado, sobre negócio de programa de governo já chegava tudo já” (Entrevistado 3).

Antes do acesso aos programas como PNAE e PAA, por exemplo, é necessário que existam condições adequadas, como já foi ressaltado, para que os alimentos possam ser produzidos, como a disponibilidade de água, e só a partir daí possa ser pensada a inserção nos programas citados. Foi possível observar que os agricultores sentem a necessidade de políticas voltadas para a disponibilidade de água, como é possível observar no seguinte relato:

“Sim, poderia melhorar né, mas ajuda bastante. Por exemplo esses empréstimos do agroamigo, e outras coisas que tem também favorece o agricultor. Na verdade o que está judiando mesmo é a falta de água, é o inverno que não está tendo, aí complica a situação de todo agricultor, por que tem muitos que não tem condições de cavar um poço né (...)”
(Entrevistado 1)

Assim, além de ser possível identificar que os agricultores familiares pesquisados conhecem pouco ou desconhecem o PAA e o PRONAF, ainda foi possível compreender a necessidade, reportada pelos mesmos, sobre os serviços que contribuam para a melhoria da disponibilidade de água, o que facilitaria a produção de alimentos.

Diante dos resultados referentes ao acesso dos agricultores às políticas públicas agrícolas pode-se destacar que existe uma deficiência tanto no apoio técnico para esses indivíduos analisados, quanto no próprio ensino regular precário, prejudicando na busca por informações, esses fatores aliados ao baixo desenvolvimento tecnológico da área e até mesmo à localização geográfica fazem com que exista pouca inserção nos programas rurais, baixo desenvolvimento agrícola e a limitação na produção de alimentos, dificultando, diretamente, a permanência do homem no campo e adequadas condições de vida nas localidades estudadas.

A partir disso, identificou-se que um importante fator contribuinte para uma maior qualidade de vida dos pesquisados, possibilitando o exercício da agricultura familiar é o acesso ao programa Bolsa Família (BF), que mesmo não prevendo ações voltadas, especificamente, para o ambiente rural, contribui para que os agricultores possam se manter no ambiente rural e dispor de condições melhores de vida.

O BF é um programa de transferência de renda que busca, resumidamente, prevenir, enfrentar e reduzir a situação de pobreza das famílias. No curto prazo, o programa visa aliviar os problemas decorrentes da situação de pobreza, sendo que, no

longo prazo, o objetivo é investir no capital humano, quebrando o ciclo intergeracional da pobreza (DUARTE; SAMPAIO BRENO; SAMPAIO YONY, 2009).

A relevância do programa para os agricultores familiares pode ser observada nas seguintes falas:

“É um dinheiro que é de mês em mês, né?! É uma fonte que o cara sabe que tem de mês em mês, se não fosse...” (Entrevistado 4)

“Apesar de tudo, eu conheço pessoas que chamam “bolsa preguiça” né! Mas acho que se não fosse o Bolsa Família a situação estava bem pior, tinha pessoas aí passando necessidades, você pode ter certeza” (Entrevistado 1)

Uma característica muito importante desse programa, principalmente para o âmbito agrícola, é a contribuição no acesso à alimentação, pois é possível destinar parte da renda disponibilizada para a compra de produtos alimentícios para a família, permitindo, inclusive, reduzir o nível de insegurança alimentar no campo.

Essa contribuição do Bolsa Família para a alimentação das famílias rurais foi observado em um estudo de Duarte, Sampaio Breno e Sampaio Yony (2009) onde observou que 88% do valor recebido pelas famílias era destinado ao consumo de alimento, mostrando que existe um efeito positivo das transferências monetárias sobre o consumo alimentar das famílias.

Resultados parecidos foram encontrados no estudo de Rocha, Khan e Lima (2008), realizado no Ceará onde foi possível observar que o BF tem importante papel como programa de curto prazo, impactando positivamente nos indicadores de saúde, estado nutricional e educação. Os mesmos verificaram que para cada R\$ 1,00 transferido para as famílias, R\$ 0,72 são gastos com alimentação.

Levando em consideração esse grande destino do valor para gastos com alimentação, Santos et al (2015) estudaram famílias com acesso ao BF e perceberam que a prioridade desses gastos visava a compra, principalmente, de arroz e feijão, ao passo que os mesmos garantem maior saciedade.

Tendo em vistas os resultados existentes na literatura nacional é possível afirmar que o Programa Bolsa Família além de possibilitar a compra de alimentos, auxilia na busca por Segurança Alimentar e Nutricional dos indivíduos, o que é um fator interessante tendo em vista que a Insegurança Alimentar assola fortemente o ambiente

agrícola, porém, somente o BF não é capaz de reduzir de maneira eficaz os índices de insegurança, tornando mais uma vez a necessidade do acesso à outras políticas de saúde ou agrícolas.

Nas comunidades avaliadas o acesso ao BF e a provável contribuição com a alimentação ganha maior importância, tendo em vista que a produção de alimentos enfrenta dificuldades e, conseqüentemente, o autoconsumo por parte dos agricultores torna-se fragilizado. Essa realidade da produção, juntamente com o baixo acesso às políticas públicas, contribui para maior número de famílias com baixa renda e maiores dificuldades nas condições de vida e produção de alimentos, ficando ao cargo do Bolsa Família uma contribuição ímpar no processo do desenvolvimento rural.

5.4 ACESSO E CONHECIMENTOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE O PNAE

Tendo em vista a importância do PNAE para a alimentação dos escolares, garantindo a segurança alimentar e nutricional dos mesmos e do fortalecimento que o programa confere ao agricultor familiar, contribuindo também para melhores condições de renda e de qualidade de vida, buscou-se avaliar, com maior ênfase, o acesso e o conhecimento dos produtores sobre o respectivo programa.

Como exposto no capítulo acima, foi possível avaliar o acesso dos agricultores familiares ao PAA e PRONAF, notando que o programa de maior acesso, nas localidades estudadas, foi o PRONAF, verificando, que a maioria dos produtores não tem acesso ao PAA, porém, entendendo que o PNAE é um importante programa de apoio ao agricultor familiar, se tornando uma estratégia também para buscar uma alimentação adequada para os discentes, buscou-se avaliá-lo, levando em consideração os depoimentos dos produtores sobre o mesmo.

Da mesma forma do PAA, observou-se que a maioria dos produtores entrevistados não tem acesso ao PNAE, se restringindo apenas a um agricultor a participação e o fornecimento de alimentos, que relatou ofertar carne suína, carne bovina e maracujá para o programa.

Dois entrevistados que já forneceram para o PNAE trouxeram a problemática da disponibilidade de água como fator de dificuldade para a produção de alimentos, alegando que deixaram de fornecer para o programa por causa da seca que se instalou nos últimos anos, como é possível observar:

Ficou sem chover, eu colocava era coentro na época, era galinha nesse programa, tinha umas criaçõezinha de ovelha, aí o tempo seco demais e a gente não criou mais... é, eu coloquei (Entrevistado 3).

...Nesse tempo eu criava galinha, aí eu vendia os frangos né... Aí por conta da seca ficou caro demais a ração, aí deixei de criar (Entrevistado 7).

Novamente, a temática do acesso à água se apresenta, expondo a necessidade de políticas públicas voltadas à essa problemática, entendendo, que é uma das principais barreiras na produção de alimentos.

Diante do resultado, foi possível refletir que as principais políticas públicas voltadas à agricultura familiar, nas famílias pesquisadas, têm baixa participação dos produtores, contribuindo negativamente para a produção de alimentos e desenvolvimento agrário da região.

Um estudo de Silva et al (2013) que buscou avaliar a visão dos atores envolvidos no processo de compra e venda dos produtos agrícolas para o PNAE, analisando especificamente o artigo 14 da Lei 11.947 que determina que 30% da verba do programa deve ser direcionada aos produtos provenientes da agricultura familiar, encontrou que em relação aos obstáculos encontrados na efetivação da lei, 23% dos produtores citaram a falta de capacitação dos atores envolvidos, sendo que destes 47% mencionaram a falta de preparo dos gestores municipais e 29% a dos próprios agricultores. A falta de preparo das entidades executoras, a falta de organização da agricultura familiar e a falta de articulação entre ambos também apareceram em muitas das respostas.

Diante disso, é possível perceber que existem diversos fatores que afetam o acesso e produção adequada para o PNAE, aspectos esses que podem interferir diretamente na disponibilidade de alimentos para os discentes, podendo provocar o não atendimento dos 30% da verba destinados a esses produtos.

Um estudo de Esquerdo e Bergamasco (2015) também analisou o PNAE, identificando que a simples publicação da Chamada Pública não é garantia de que, no mínimo, os 30% dos recursos repassados pelo FNDE aos municípios sejam gastos com aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, uma vez que, a maioria dos municípios estudados não conseguiu gastar esse valor com a agricultura familiar local, regional ou de outros estados do País, também demonstrando o baixo acesso por parte

dos agricultores familiares. Segundo os autores, as prováveis causas para a realidade da execução do PNAE é a existência de problemas como falta de documentação por parte dos agricultores (principalmente a DAP), o baixo valor repassado pelo programa (na época de realização da pesquisa), a falta de organização dos produtores e a descentralização dos pontos de entrega dos produtos nos municípios, aumentando o custo do agricultor.

Outro determinante observado no estudo de Silva et al (2013) foram os conflitos entre gestores e agricultores, onde os gestores culpam a falta de organização, planejamento e documentação dos agricultores e os agricultores acusam a prefeitura de não fazer todas as ações ao alcance para ajudá-los. O autor ainda cita que é necessário que haja maior diálogo entre as partes: tanto os gestores quanto os agricultores demonstram não ter conhecimento dos gargalos enfrentados pela outra parte e que muitos desses gargalos poderiam ser facilmente resolvidos – ou minimizados - se houvesse maior diálogo e cooperação.

Turpin (2008) elenca algumas barreiras da produção de alimentos para o PNAE como o cumprimento do volume a ser comprado; a falta de profissionalização; o atendimento às especificações sanitárias necessárias e as aprovações e os selos exigidos para a comercialização, os agricultores comumente esbarram em questões de logística; regularidade de produção; qualidade e quantidade de produção; planejamento; burocracia; a carência de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); dificuldade para emissão de nota fiscal; falta de infraestrutura e capital para investir na produção; falta de diálogo com o poder local; o valor do teto pago ao agricultor; dificuldade de produção de acordo com o cardápio e falta de informação sobre o programa.

Além da constatação do baixo acesso pelos pesquisados, observou que existe desconhecimento, sobre a existência do programa por parte dos agricultores entrevistados e outra parcela relatou já ter ouvido falar, alguma vez, sobre o PNAE, porém, não soube expor maiores informações, como pode ser observado nas seguintes falas:

“O PNAE é o que compra as coisas pras escolas né?!” (Entrevistado 9);

“Assim, é porque eu não tenho mais menino que estuda, vejo só falar.” (Entrevistado 10).

Provavelmente, a falta de conhecimento sobre o PNAE esteja diretamente relacionada com a falta de acesso ao programa, resultando em baixa produção de alimentos para o mesmo.

O maior conhecimento sobre as políticas públicas por parte dos agricultores tendem a ser maior de acordo com o acesso à elas, pois, tendo em vista, a baixa escolaridade e tecnologia existente no meio rural, torna difícil a busca de conhecimentos sobre os direitos e possibilidades do agricultor, devendo, assim, ficar a cargo, principalmente, dos poderes públicos, conferindo acesso de qualidade e autonomia dos produtores.

Conclui-se que o entendimento sobre as políticas públicas pode está diretamente relacionado com o acesso à essas, entretanto, no presente estudo, foi possível perceber também que é possível o agricultor ter acesso ao PNAE, porém, mesmo assim não ter grande conhecimento sobre o mesmo, o que pode ser muito preocupante, tendo em vista que, diante disso, o agricultor poderá não está conhecendo totalmente seus deveres e direitos. Assim, um resultado preocupante do estudo é que o único agricultor fornecedor para o PNAE não reconhece que fornece para o programa, como pode ser observado a seguir:

“O único programa que eu vendo é para o compra direta, é escolar também né.”(Entrevistado 4)

O entrevistado citado afirmou não conhecer o PAA e relatou já ter ouvido sobre o PNAE, porém, não soube dizer maiores detalhes, demonstrando a falta de conhecimento sobre o programa.

Um estudo de Pinto (2017) analisou a compreensão dos agricultores familiares com relação ao PNAE, observando que também existe uma falta de informação por parte dos produtores, como é possível observar:

A maioria dos agricultores demonstrou que conhece “mais ou menos” o programa, especificamente 8 (oito) dentre os 10 (dez) entrevistados. Existe a compreensão do percentual mínimo que as escolas devem adquirir da agricultura familiar e de uma forma geral dos objetivos do PNAE. No entanto, esses agricultores não compreendem em detalhes como ocorre as chamadas públicas, a escrita dos projetos e a prestação de contas (PINTO et al, 2017, p.65)

O estudo acima foi realizado com produtores participantes do PNAE, demonstrando que a falta de conhecimento sobre o programa afeta tanto agricultores que não tem acesso quanto agricultores que participam do programa, se tornando, novamente, motivo de preocupação, pois pode limitar a autonomia e busca de direitos desses trabalhadores.

Após essa avaliação sobre a compreensão, foi perguntado aos agricultores sobre a importância da produção de alimentos para os discentes do município, buscando compreender se os agricultores tem percepção sobre as vantagens dos alimentos da agricultura familiar e se os mesmo observam relevância para a alimentação desse público.

Através dos dados obtidos a partir dessa indagação foi possível compreender a valorização e importância que os agricultores dão para as suas produções, muitos deles expondo concepções semelhantes aos conceitos de direito humano à alimentação adequada, soberania alimentar e nutricional e SAN, que provavelmente, são temas pouco conhecidos pelos agricultores familiares, expondo assim, que, mesmo a maioria não conhecendo o PNAE, compreende que é essencial e importante a produção de alimentos para os escolares.

A percepção sobre os benefícios da produção da agricultura familiar e as contribuições para os discentes pode ser observada nas seguintes falas:

“É porque eles(alunos) tão comendo um alimento que é da região, conhece né, de algum alimento que vem de fora né o “cara” não sabe como é que é, e pra nós que vende é bom porque o “cara” pega num dinheirinho a mais né” (Entrevistado 4).

“Acho que é importante né, porque a maioria dos alimentos que a pessoa come já vem preparado né! Esses que a gente planta por aqui não tem preparo nenhum” (Entrevistado 6).

A agricultura familiar, como já foi visto, tem consequências positivas tanto para o meio ambiente quanto para a alimentação da população. Diversos estudos demonstram que o produtor tem a percepção da contribuição ambiental da agricultura familiar, como é possível observar no estudo de Pinto et al (2016) onde foi possível concluir através dos depoimentos que depender exclusivamente da natureza para produzir é algo inviável, como também inserir defensivos químicos pode agravar ainda mais o possível cenário de degradação ambiental existente. Com isso, é entendível para os agricultores

que o manejo do solo, para a agricultura ou pecuária, deve ser feito de modo sustentável, trazendo práticas orgânicas que tenham êxito na produção e na conservação do ambiente. O autor ainda relata que a percepção ambiental dos agricultores familiares vem passando por uma mudança de paradigma consistente, tendo em vista que as antigas práticas exercidas por eles ou pelos seus antecedentes não são consideradas práticas sustentáveis sob o ponto de vista ambiental que, por sua vez, os levaram a uma gradativa mudança nos modos de perceber o sistema ambiental e como suas ações estavam degradando a natureza em geral. Essa nova concepção de natureza é formulada no cotidiano de cada sujeito do campo, trazendo consigo, a própria ideia de sustentabilidade e conservação. Pensar o meio ambiente enquanto algo a ser respeitado e cuidado revela a necessidade do agricultor de reconfigurar suas práticas agrícolas atendendo não somente às suas necessidades, mas sim, fortalecendo o equilíbrio dos sistemas ambientais do seu espaço local, pois é conservando o local que se criam possibilidades de melhorar o cenário ambiental global.

Assim, entende-se que a percepção ambiental dos agricultores familiares está sendo reconstruída e fortalecida, entendendo que essa concepção influencia na maneira como a produção ocorre, como os recursos naturais são tratados e mantidos, buscando prezar pela sustentabilidade e redução de prejuízos para o meio ambiente.

No presente estudo observou-se que os agricultores pesquisados explicitaram uma importante percepção da contribuição alimentar e nutricional proporcionada por suas produções, que provavelmente, unida à percepção ambiental, fortalece à ideologia da agricultura familiar, fazendo com que os agricultores busquem uma produção sustentável e que resultem em alimentos seguros e adequados para os discentes.

Um estudo de Batista et al (2016) que envolve agricultores familiares participantes do PAA também conclui que existe uma percepção dos produtores sobre nutrição e saúde, pois, através da análise dos dados obtidos, percebeu-se que com relação ao questionamento se “o consumo dos alimentos produzidos por eles podem ajudar na saúde”, todos os agricultores relataram que sim, com 39,7% dos agricultores familiares justificando que são bons para a saúde.

Arelado a esse olhar perceptivo para o ambiente e para a alimentação e saúde, o arranjo da agricultura familiar integra-se a essas questões perceptivas como uma nova frente de produção agrícola capaz de unir a necessidade do consumo, manejos sustentáveis e a vivência construída através da percepção do agricultor (PINTO et al, 2016).

Diante das concepções dos agricultores sobre a importância dos alimentos produzidos e as qualidades, diferentes dos produtos convencionais, que são proporcionadas quando esse tipo de alimento é consumido, vão de acordo com os aspectos existentes dentro de SAN, demonstrando que, além da relevância desses alimentos, é de essencial necessidade que os agricultores entendam a sua posição perante o consumo de alimentos de uma sociedade, para que assim fortaleça cada vez mais as práticas da agricultura familiar.

Além dos diversos fatores de produção que diferem a agricultura familiar da agricultura convencional, como o tipo e quantidade de alimento produzido, a comercialização e os atores envolvidos, algo que pôde ser considerado, como vantagem da agricultura familiar, é a percepção da contribuição da produção, assim como valorização, pelos próprios produtores, envolvendo assim a responsabilidade alimentar envolvida, o cuidado com a terra, a maneira de plantio, o carinho pela localidade e atividade agrícola, o que pode ser um fator muito importante para a qualidade final do alimento produzido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, onde foi possível compreender um pouco da realidade da agricultura familiar no município de Jaçanã-RN, conclui-se que os agricultores familiares pesquisados enfrentam diversas dificuldades tanto para produzir alimentos, quanto para permanência no meio rural, os principais fatores determinantes relacionados às condições de vida são: preocupação da sucessão familiar, dificuldade no acesso aos serviços de saúde, baixa disponibilidade de água para plantio e o nível baixo de escolaridade. Um dos fatores que contribui imensamente para a permanência no campo e o desenvolvimento agrícola é o acesso ao Bolsa Família.

Associado à esses dados, observou-se que a política mais conhecida e de maior acesso no ambiente agrícola é o PRONAF, porém, existe pouco conhecimento e acesso ao PAA e PNAE, esse último, é pouco conhecido no meio rural e alguns agricultores apenas ouviram falar, resultando em apenas um agricultor, dentre os pesquisados, que fornece para o programa, porém, mesmo assim não obtém conhecimento sobre o mesmo. Um dos motivos, relatados por dois agricultores que forneciam para o programa foi a instalação da seca, que gerou dificuldade de produção e acarretou o encerramento da participação desses agricultores ao programa.

Foi possível observar que a realidade da vida no campo possui diversos determinantes, porém, apesar de tudo, o agricultor familiar resiste às adversidades encontradas no campo e permanece valorizando sua função, entendendo a importância da agricultura familiar para a sociedade e compreendendo a contribuição dos alimentos produzidos para os escolares.

É necessário que o agricultor possua percepção da sua importância e da necessidade de suas produções, porém, para que ocorra um ciclo agroalimentar que preze pelas ideologias da agroecologia e da agricultura familiar e um maior desenvolvimento rural é necessário que exista maior preocupação de gestão local com os determinantes sociais do campo, com os aspectos ambientais envolvidos e com acesso dos agricultores às políticas públicas.

No presente estudo pôde-se notar que o agricultor familiar é um essencial ator para promoção de uma alimentação segura e de qualidade da população, que pode proporcionar para que os indivíduos possuam melhores qualidades de saúde, mas, para que exista um ciclo de menor distância da produção ao consumo de alimentos é

necessário ter um olhar mais amplo para os agricultores familiares, valorizá-los e visibilizá-los.

Por fim, entendendo que um dos objetivos foi compreender o acesso e entendimento ao PNAE, é necessário que haja maiores estudos para analisar todos os atores envolvidos no processo de compra e venda para o programa, envolvendo gestores, nutricionista, presidentes de associações, atravessadores e agricultores das outras localidades, para que só assim seja possível planejar e pensar estratégias para fortalecer a agricultura familiar no município e garantir a segurança alimentar e nutricional dos discentes.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. Alimentação escolar na América Latina: Programas universais ou focalizados/políticas de descentralização. **Em Aberto**, Brasília, v. 15, n. 67, p. 21-32. 1995.

AIRES, C. H. L.; SALAMONI, G. Agricultura familiar e as relações sociais de trabalho: um estudo sobre a pluriatividade na Vila Freire–Cerrito–RS. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, n. 1, p. 41-54, 2012.

ALBUQUERQUE, E. M. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009. Dissertação de Mestrado, 99 p.

ALCÂNTARA, L. R.; LOPES, M. J. M. Estrutura de serviços e acesso a consumos em saúde por idosos em um contexto rural do Sul do Brasil. **Redes**, v. 17, n. 1, p. 94-114, 2012.

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, São Paulo, v. 13, n. 16, p. 22-32, 2012.

_____. Biotecnologia agrícola: mitos, riscos ambientais e alternativas. Porto Alegre: EMATER/RS, 2002.

ALVES, J. J. A.; ARAÚJO, M. A.; NASCIMENTO, S. S. Degradação da Caatinga: uma investigação ecogeográfica. **Revista Caatinga**, v. 22, n. 3, p.126-135, 2009.

ASA. Ações do Programa Uma Terra e Duas Águas. Disponível em <<http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>>. Acesso em 19 de Março de 2018.

ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e Agricultura Familiar na Região Centro Sul do Estado do Paraná. **Revista Estudos Regionais** . v. 43, n.1, p. 155-177, 2005.

ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL. **Evolução da Fumicultura**. 2014. Disponível em: <www.afubra.com.br>. Acesso em: 04 de Janeiro de 2018.

BALESTRIN, É. L. B. et al. O programa de alimentação escolar: perfil dos agricultores familiares fornecedores. In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, 3., 2014, Francisco Beltrão, **Políticas Públicas**, Paraná: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2014.

BATISTA, L. M. G. et al. Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 25, p. 494-504, 2016.

BELLON, M. R.; BRUSH, S. B. Keepers of maize in Chiapas, Mexico. **Economic Botany**, v. 48, n. 2, p. 196-209, 1994.

BIN, A. **Agricultura e meio ambiente: contexto e iniciativas da pesquisa pública**. 2004. 159 f. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955. Institui a companhia da Merenda Escolar. **Diário oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 02 abr. 1955. Seção 1, p 0.

_____. Senado Federal. Secretaria de Informação Legislativa. Decreto nº 77.116, de 6 de fevereiro de 1976. Estabelece diretrizes para a ação do governo na área de Alimentação e Nutrição, a partir do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan) e outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF. 1976.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Costa Rica: IICA, 2006.136 p.

CARDON, P. **Des femmes et des fermes: genres, parcours biographiques et transmission familiale. Une sociologie comparative Andalousie/Franche-Comté.** Paris: L'Harmattan, 2004, 311 p.

CASTRO, J. **Geografia da fome.** 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 348 p.

CECCIM, R. B. A merenda escolar na virada do século, agenciamento pedagógico da cidadania. **Em Aberto**, Brasília, v. 15, n. 67, p 54-62, 1995.

CLEMENTE, A. et al. Perfil das propriedades rurais familiares e controle de custos na Região Centro-Sul do Paraná. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**, 2010.

COIMBRA, M.; MEIRA, J. F. P.; STARLING, M. B. L. Comer e aprender: uma história da alimentação escolar no Brasil. **Instituto Nacional de Altos Estudos**, Belo Horizonte, 1982. 320 p.

COLLARES, et al. Apresentação de um programa de gestão participativa de resíduos sólidos para pequenas comunidades. **Anais do 24º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental.** ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. Belo Horizonte. Setembro, 2007.

CORREIA, M. S. **Análise da influência da terceirização de serviços públicos sobre o processo de monitoramento e avaliação de políticas públicas: O caso da merenda escolar na cidade de São Paulo.** 2008. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

COTRIM, D. S.; CANEVER, M. D. A caracterização dos agricultores familiares que cultivam tabaco no Território Centro-Sul/RS. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 239-257, 2016.

DAROLT, M. R. **Lixo rural: do problema à solução.** (IAPAR). 2008. Disponível em: <<http://www.agsolve.com.br/noticia.php?cod=757>>. Acesso em: 04 Janeiro de 2018.

DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 127-157, 2010.

DIAS, L. B.; ESCOUTO, L. F. S. Um breve histórico sobre alimentação escolar no Brasil. **Revista Científica de Ciências Aplicadas da FAIP**, São Paulo, v. 3, n. 5, 2016.

DUARTE, G. B.; SAMPAIO, B.; SAMPAIO, Y. Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 47, n. 4, p. 903-918, 2009.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural-mudança institucional ou "inovação por adição"? **Estudos avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 299-319, 2010.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. 2004. 287f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)- PGDR/UFRGS, Porto Alegre, 2004.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. O papel da agricultura familiar para a segurança alimentar: uma análise a partir do Programa Fome Zero no Município de Constantina/RS. **Revista Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Brasília, v. 1, p. 85-102, 2007.

GOMES JUNIOR, N. N.; BOTELHO FILHO, F. B. A agricultura familiar e a construção da segurança alimentar e nutricional: a multifuncionalidade como fator de resistência à insegurança alimentar. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE

BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL
Brasília: FAV/UnB, 46., 2008, Rio Branco. **Agricultura Familiar e Ruralidade**, Rio Branco: Sociedade Brasileira de Economia, 2008. 121p.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. " Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 2, p. 481-515, 2008.

GUANZIROLE, C.E.; CARDIM, S. E. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília. 2000.

GUERRA, M. P.; NODARI, R. O. Impactos ambientais das plantas transgênicas: as evidências e as incertezas. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 2, n.3, p 29-38, 2001.

HENING, E. V.; SANTOS, I. A. Políticas Públicas, Agricultura Familiar e cidadania no Brasil: o caso do PRONAF. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 6, n. 1, p.151-167, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Infográficos: dados gerais do município de Jaçanã/RN**: situação em 2016. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=240500&search=rio-grande-do-norte|jacana|infogr%E1ficos:-dados-gerais-do-munic%EDpio>> Acesso em: 15 de Fevereiro de 2018.

JAIME, P. C.; LOCK, K. Do school based food and nutrition policies improve diet and reduce obesity? **Preventive Medicine.**, v. 48, n. 1, p. 45-53, 2009.

KAGEYAMA, A. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. T. A. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do Censo de 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 51, n. 1, p.105-122, 2013.

KAZUBEK, M. **O problema do lixo rural**. 2010. Disponível em: <<http://www.hojecentrosul.com.br/colunas/o-problema-do-lixo-rural/>>. Acesso em: 10 Janeiro de 2018.

KUBIK, M. Y. et al. The association of the school food environment with dietary behaviors of young adolescents. **American Journal of Public Health**, Washington, v. 93, n. 7, p. 1168-1173, 2003.

L'ABBATE, S. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil: período de 1940 a 1964. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 87-138, 1988.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANDIM, F. L. P. et al. Uma reflexão sobre as abordagens em pesquisa com ênfase na integração qualitativo-quantitativa. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**. v. 19, n. 1, p. 53-58, 2006.

LOUVISON, M. C. et al. Desigualdades no uso e acesso aos serviços de saúde entre idosos no município de São Paulo. **Rev Saúde pública**, v.42, n. 4, p.733-40, 2008.

MAGNO, M. S. O.; CYRILLO, D. C.; SARTI, F. M. Evolução da alimentação no município de São Paulo, SP. **Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 83-96, 2013.

MATOS, M. B. **A avaliação econômica de programas de merenda escolar: Gestão pública e privada**. 1998. 155 f. Dissertação (Mestrado em Nutrição Humana Aplicada)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MEDEIROS, J. P.; BORGES, D. F. Participação cidadã no planejamento das ações da Emater-RN. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 1, p. 63-82, 2007.

MEIRELLES, L. Soberania Alimentar, agroecologia e mercados locais. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 1, p. 11-14, 2004.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p.621-626, 2012.

NODARI, R. O.; GUERRA, M. P. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. **Estudos avançados**, v. 29, n. 83, p. 183-207, 2015.

NOGUEIRA, R. M. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar como uma política pública: o caso de Campinas – SP**. 2005. 156 f. Dissertação (Mestrado em Políticas de Educação e Sistemas Educativos)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

NOGUEIRA, R. M.; BARONE, B.; BARROS, T. T. Sixty years of the National Food Program in Brazil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 253-267, 2016.

OLIVEIRA, M. K. Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. In: FÁVERO, Osmar. **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: Ministério Educação, 2007. p. 61-84.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciências e Saúde Coletiva**, Brasília, v. 18, n. 4, p. 909-916, 2013.

PEIXINHO, A. et al. Alimentação escolar no Brasil e Estados Unidos. **O Mundo da Saúde**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 128-136, 2011.

PELWING, A. B.; FRANK, L. B.; BARROS, I. I. Sementes crioulas: o estado da arte no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 2, p. 391- 420, 2008.

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. 2011. 289 f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), CPDA/ UFRRJ, Rio de Janeiro. 2011.

PINTO, B. L. et al. Percepção ambiental dos agricultores familiares e o uso dos recursos naturais do município de são domingos–semiárido baiano. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 2, n. 5, p. 400-423, 2016.

PINTO, R. S. **Entraves à participação dos agricultores familiares no Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma análise comparada dos municípios Acaiaca e Sem Peixe-MG.** 2017. 75 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2017.

PIPITONE, M. A. P. et al. Atuação dos conselhos municipais de alimentação escolar na gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 143-154, 2003.

QUARESMA, S. J.; BONI, V. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, [SI], v.2, n. 1, 2005.

ROCHA, A. C. et al. Gestão de resíduos sólidos domésticos na zona rural: a realidade do município de Pranchita-PR. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 5, n.4, p.699-714, 2012.

ROCHA, A. G. P.; CERQUEIRA, P. S.; COELHO, V. P. Um panorama do Programa de Aquisição de Alimentos no estado da Bahia: estudos de caso em Boa Vista do Tupim, Tapiramutá e Vitória da Conquista. **Revista Sociedade e desenvolvimento rural**, Brasília, vol. 1, n. 1, p. 1-22. 2007.

ROCHA, L. A.; KHAN, A. S.; LIMA, P.V.P.S. Impacto do Programa Bolsa-Família Sobre o Bem-Estar das Famílias Beneficiadas no Estado do Ceará, 2008. Fortaleza. **IV Encontro Economia do Ceará em Debate**, 2008.

ROSSET, P.; PATEL, R.; COURVILLE, M. **Promised land: competing visions of agrarian reform.** Oaklando: Food First Books, 2006. 340 p.

SANTOS, A.R. et al. Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: análise dos resultados do programa de aquisição de alimentos (paa doação simultânea) nos estados da Bahia e Minas Gerais. **Revista do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social**, Bahia, v. 3, n. 1, p. 9-24, 2012.

SANTOS, L. M. P. et al. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002. 4 – Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.23, n. 11, p. 2681-2693, 2007.

SANTOS, L. N. et al. Estratégias de acesso aos alimentos pelas famílias titulares de direito do programa bolsa família. **Divers@!**, v. 8, n. 2, p.84-94, 2015.

SANTOS, M. J. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 44, p. 225-238. 2001.

SAWYER, D. O.; LEITE, I. C.; ALEXANDRINO, R. Perfil de utilização de serviços de saúde no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.7, n. 4, p. 757 – 776, 2002.

SCHMITZ, B. A. S. et al. Políticas e programas governamentais de alimentação e nutrição no Brasil e sua involução. **Cadernos de Nutrição**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 39-54, 1997.

SCHNEIDER, S. Evolução e características da agricultura familiar no Brasil. **Revista Alasru, América Latina**, v. 1, n. 9, p. 21-52, 2014.

SILVA, D. B. P. et al. Os Agentes Sociais e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): A percepção dos agricultores familiares. **ENCONTRO INTERNACIONAL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: Aproximando Agendas de Agentes**, 2013.

SILVA, M. J. R et al. Agricultores familiares e cientistas: diálogo de saberes sobre as variedades crioulas de milho no estado da Paraíba. **Ciência e Cultura**, v. 69, n. 2, p. 34-37, 2017.

SOUZA, J. R. M. **A agricultura familiar e a problemática com o atravessador no município de Lagoa Seca-PB: Sítios Oití, Santo Antônio, Alvinho e Floriano**. 2014. 55 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, p. 205-222, 2014.

STEFANINI, M. L. R. **Merenda escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança**. 1997. 101 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

STORY, M. School-based approaches for preventing and treating obesity. **International Journal of Obesity**, v. 23, n. 2, p. 43-51, 1999.

TURPIN, M. E. **A alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia de Segurança Alimentar e Nutricional**, 2008. 160 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

UCHOA, A. C. et al. Avaliação da satisfação do usuário do Programa de Saúde da Família na zona rural de dois pequenos municípios do Rio Grande do Norte. **Revista de Saúde Coletiva**, v. 21, n. 3, p. 1061-1076, 2011.

VALERIANI, T. S. M. **A gestão escolarizada do Programa de Alimentação Escolar no Estado de Goiás**. 2011. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos)-Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2011.

VASCONCELOS, F. A. G. Combate à fome no Brasil: uma análise história de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 4, p. 439-457, 2005.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 1, p. 46-61, 2013.

ZIMMERMANN, C. L. Monocultura e transgenia: impactos ambientais e insegurança alimentar. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, v. 6, n. 12, p. 79-100, 2011.

APÊNDICE A

Pesquisa com o(a)s agricultores(as) familiares do município de Jaçanã-RN

Nº de questionário: _____

Entrevistador: _____ Data da entrevista: ___/___/_____

MÓDULO 1 - IDENTIFICAÇÃO

1.1- Qual o seu nome?

1.2- Qual sua idade? _____

1.3- Endereço _____

1.4- Sexo: 1.() Masculino 2.() Feminino

1.5- Raça: 1.() Branco 2.() Amarelo 3.() Negro 4.() Pardo 5.() Indígena

1.6- Estado Civil:

1.() Solteiro (a) 2.() Casado (a) 3.() Relação estável 4.() Viúvo (a) 5.() Separado (a) 6.() Outro (especifique) _____ 99.() NR/NS

MÓDULO 2 -DADOS SOCIO-DEMOGRÁFICOS

2.1-Escolaridade

1.() Não sabe ler nem escrever

5.() Ensino Médio Incompleto

2.() Sabe ler e escrever

6.() Ensino Médio Completo

3.() Ensino Fundamental Incompleto

7.() Curso técnico ou profissionalizante

4.() Ensino Fundamental Completo

8.() Curso Superior

2.2-Tipo de moradia: 1.() Alvenaria acabada 2.() Madeira 3.() Alvenaria inacabada 4.() Taipa
5.() Outro (especifique) _____

2.3-Área de moradia: 1.() Urbana 2.() Rural

2.4- Propriedade da Residência: 1.() Própria 2.() Cedida 3.() Alugado 4.() Outro _____

2.5-Número de moradores da casa: ()1 ()2 ()3 ()4 ()Mais de 4

2.6 – Quantos cômodos existem na casa? _____

2.7- Quantos cômodos são usados para dormir? _____

2.8 - Quem administra a renda em sua família?

1.() Mulher 2.() Marido 3.() Os dois 4.() Outro. Qual _____

2.9 – Existe sanitário utilizado pelo morador?

1.() Sim, dentro do domicílio 2.() Sim, fora do domicílio 3.() Não

2.10 – Qual tipo de esgotamento de sanitário da casa?

- 1.() Rede pública coletora de esgoto 2.() Fossa Negra ou rudimentar 3.() Fossa Séptica
 4.() Esgoto a céu aberto 5.() Não tem 6.() Outro _____ 99.() NR/NS

2.11 – A água utilizada neste domicílio é proveniente de (pode marcar mais de uma alternativa):

- 1.() Rede Pública 2.() Poço artesiano na própria casa
 3.() Busca água fora – Onde?: _____ Distância aproximada da casa:
 _____ metros
 5.() Carro Pipa (COMPRADO) 6.() Carro PIPA (PREFEITURA) 7.() Carro PIPA (OPERAÇÃO)
 99.() NR/NS

2.12 - A água utilizada neste domicílio está disponível diariamente?

- 1.() Sim 2.() Não – tempo que fica sem água _____ dias

2.13 - Qual o destino dado ao lixo na sua residência?

- 1.() Coletado pela prefeitura ou empresa
 2.() Queimado ou enterrado na propriedade
 3.() Jogado em terreno baldio ou outro local próximo a casa
 4.() Outro – Qual? _____
 99.() NR/NS

2.14- Tem deficiente na sua residência?

- 1.() Sim 2.() Não

2.15- Quando você ou alguém da sua família está doente, que espaço você procura para ser atendido?

- 1.() Unidade Básica de Saúde 2.() Rezadeira 3.() Outro. Qual _____

MÓDULO 3 – INFORMAÇÕES SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR

3.1- Nos últimos 3 meses o (a) Sr. (a) teve a preocupação de que a comida na sua casa acabasse antes que tivesse condição de comprar, receber ou produzir mais comida

- 1.() Sim 2.() Não 99.() NS/NR

3.2 - Nos últimos 3 meses a comida acabou antes que o(a) Sr(a) tivesse dinheiro para comprar mais?

- 1.() Sim 2.() Não 99.() NS/NR

3.3 - Nos últimos 3 meses, o(a) Sr(a) ficou sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?

- 1.() Sim 2.() Não 99.() NS/NR

3.4 - Nos últimos 3 meses, o(a) Sr(a) ou algum adulto em sua casa diminuiu, alguma vez, a quantidade de alimentos nas refeições, ou pulou refeições, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?

1.() Sim 2.() Não 99.() NS/NR

3.5 - Nos últimos 3 meses, o(a) Sr(a) alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida?

1.() Sim 2.() Não 99.() NS/NR

3.6 - Nos últimos 3 meses, o(a) Sr(a) alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não podia comprar comida suficiente?

1.() Sim 2.() Não 99.() NS/NR

3.7 - Nos últimos 3 meses, o(a) Sr(a) ou qualquer outro adulto em sua casa ficou, alguma vez, um dia inteiro sem comer ou teve apenas uma refeição ao dia, porque não havia dinheiro para comprar comida?

1.() Sim 2.() Não 99.() NS/NR

MÓDULO 4 - INFORMAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

4.1- Quais os tipos de alimentos produzidos na sua propriedade?

Produção de alimentos	Periodicidade (1 = permanente; 2 = temporário)	Produção de alimentos	Periodicidade (1 = permanente; 2 = temporário)
Feijão /Fava		Graviola	
Milho		Cajá	
Mandioca		Jaca	
Cajú		Coco	
Batata Doce		Jerimum	
Maracujá		Alface	
Manga		Tomate	
Goiaba		Coentro	

Acerola		Cebola	
Bovino		2-	
Suíno		3-	
Caprino		4-	
Aves		5-	
Outros:		6-	
1-			

4.2 – Existe fonte de renda proveniente de produtos de origem animal?

1. () Sim. Qual (ais) produto (s) _____
2. () Não

4.3- Destes alimentos produzidos, há o consumo pela família?

- 1.()Sim 2.()Não Se **NÃO**, por qual motivo?_____

4.4 – Em caso de produção temporária, quais os motivos da NÃO produção?

- 1.() Falta de Adubo 2.() Falta de semente 3.() período de chuva/seca/entressafra 4.() Sazonalidade 5.() Outro – especificar_____ 99.() NR/NS

4.5 - O que influenciou a escolha de produzir determinado (s) alimento(s)?

- 1.() Fácil Cultivo
- 2.() Custo/benefício
- 3.() Produção e colheita frequente
- 4.() Outro(s) motivo(s)_____
- 99.() NR/NS

4.6- O terreno utilizado para a produção de alimentos é de sua propriedade?

- 1.() Sim 2.() Não

Se **NÃO**, como é feito o pagamento pelo uso da terra?

4.7 – Como ocorre a posse das sementes utilizadas para a produção dos alimentos?

- 1.() Através de compra
- 2.() Dos próprios alimentos produzidos
- 3.() De órgãos públicos
- 4.() Doações

5.() Outras (especifique) _____
 99.() NR/NS

4.8- Você sabe de onde vem as sementes que você usa?

1.() Sim; De onde? _____ 2.() Não

4.9- Você sabe dizer o que é uma semente transgênica?

1.() Sim 2.() Não

4.10 – Existe a utilização de algum tipo de defensivo agrícola na produção dos alimentos?

1.() Sim – Qual (is)? _____ 2.() Não

4.11 – Para quem são vendidos seus produtos? (Pode marcar mais de um)

1.() Direto ao consumidor 2.() Cooperativas 3.() Mercados 4.() Atravessadores
 5.() Governo municipal, estadual ou federal 6.() Feira da agricultura familiar 7.() PAA 8.()
 Outros (especifique) _____ 99.() NR/NS

4.12 – Em que locais você costuma comercializar seus produtos? (Pode marcar mais de um)

1.() Feira Livre 2.() Na própria casa ou propriedade
 3.() Outra forma de venda – especifique: _____

4.13 - A agricultura familiar é a única fonte de renda?

1.() Sim
 2.() Não Se NÃO, Qual outra? _____

4.14 – Há participação de trabalhadores contratados na produção?

1.() Sim 2.() Não

4.15 – Há armazenamento de uma parte da produção

1.() Sim Onde? _____ 2.()
 Não

4.16 - Quem negocia a venda dos produtos?

1.() Mulher 2.() Marido 3.() Os dois 4.() Outros _____

ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA MULHER E HOMEM

Como iniciou a sua relação com a agricultura? Porque escolheu trabalhar na agricultura familiar? E se não fosse, como imagina que seria?

O que sua propriedade significa para você?

Você acha que seu trabalho é importante? Como seu trabalho é visto por seu marido/filho, comunidade e poder público?

Você acha que o governo tem alguma política/programa que fortaleça a agricultura familiar?

O que você acha dessas políticas do Governo (PRONAF, PNAE, PAA, Bolsa Família, etc)? Qual desses você tem acesso? (Apreender a relação das políticas com o desenvolvimento rural e Segurança Alimentar e Nutricional).

Você já ouviu falar no Programa Nacional de Alimentação Escolar? Saberia me dizer o que faz este programa?

Você vende algum produto para o PNAE? Se NÃO? Por que? Se produzir, quais? Como ocorreu essa inserção?

Quais as principais dificuldades encontradas na produção de alimentos para o programa?

Na sua visão qual a importância dos alunos consumirem os alimentos que são produzidos na região?

O senhor acha que o PNAE contribuiu para melhorar a vida da sua família?

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –TCLE

Estamos solicitando a você uma autorização para que participe da pesquisa: “*Agricultura Familiar e Pnae: um olhar dos agricultores familiares do município de Jaçanã-RN*” que está sendo desenvolvida pelo aluno: Rônisson Thomas de Oliveira Silva, discente do curso de Nutrição da Universidade Federal de Campina Grande, sob orientação da Prof. (a) Me. (a): Vanille Valério Barbosa Pessoa.

A pesquisa pretende analisar a relação e a importância da agricultura familiar no âmbito do PNAE do município de Jaçanã, Rio Grande do Norte. O motivo que nos leva a fazer este estudo é acreditar na necessidade de investigar a relação entre os produtores familiares e os consumidores, no caso os escolares, tendo em vista que pode contribuir enormemente para a garantia de uma alimentação mais saudável e conseqüentemente em melhores condições de saúde.

A participação na pesquisa é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Caso você decida participar você participará de entrevistas semi estruturadas, através de perguntas-guias, com a utilização de gravações de áudios necessários na realização da pesquisa. A previsão de riscos é mínima e está relacionada a algum constrangimento que venha a sentir ao responder as questões do entrevistador, que se relacionarão diretamente com a avaliação da cartilha a ser analisada.

Essa pesquisa cumpre as exigências contidas nos itens IV. 3 e IV. 4 da Resolução nº466/12 – CONEP. Todas as informações obtidas serão sigilosas e o seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados em eventos científicos não irá conter fotos do momento da entrevista realizada.

Você ficará com uma via deste Termo e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para Professora Coordenadora Vanille Valério Barbosa Pessoa. Endereço: Olho D’Água da Bica s/n - Cuité-PB, CEP: 58175-000, Telefones: (83) 3372-1900/1948 ou pelo email: vanillepessoa@gmail.com.

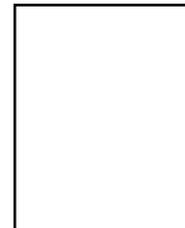
Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que compreendi os objetivos desta pesquisa, como ela será realizada, os riscos e benefícios envolvidos e concordo em participar voluntariamente da pesquisa: *Agricultura Familiar e Pnae: um olhar dos agricultores familiares do município de Jaçanã-Rn* e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas.

Jaçanã (RN), ____/____/____

Participante da pesquisa

Nome:



Assinatura:

_____ *Impressão datiloscópica do participante*

Pesquisador responsável

Nome:

Assinatura:

Pesquisador participante

Nome:

Assinatura:
